

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

**A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DO PAÍS E O PAPEL DAS REGIÕES
INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CASO DA RIDE-DF**

SIMONE LEAL DIAS

SERÓPEDICA – RJ
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

**A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DO PAÍS E O PAPEL DAS REGIÕES
INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CASO DA RIDE-DF**

SIMONE LEAL DIAS

*Sob a Orientação do Professor Dr.
Robson Dias da Silva*

Dissertação submetida como
requisito final para obtenção do título
de **Mestra em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas**, no
Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas, Área de
concentração em Desenvolvimento
Regional e Políticas Públicas.

SERÓPEDICA – RJ

2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D541i DIAS, SIMONE LEAL, 14/12/1978-
A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL DO PAÍS E O PAPEL DAS
REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CASO
DA RIDE-DF / SIMONE LEAL DIAS. - RIO DE JANEIRO, 2023.
101 f.

Orientador: ROBSON DIAS DA SILVA.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGARAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2023.

1. INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL. 2. DISTRITO FEDERAL.
3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. 4. DESENVOLVIMENTO
REGIONAL. 5. REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - RIDE DF. I. SILVA, ROBSON DIAS DA, 1976-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGARAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS III. Título.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



TERMO N° 1447 / 2023 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.083399/2023-83

Seropédica-RJ, 18 de dezembro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

SIMONE LEAL DIAS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/10/2023

ROBSON DIAS DA SILVA. Dr. UFRRJ
(Orientador, Presidente da Banca)

ANGELO MARCOS QUEIROZ PRATES. Dr. UFABC

CARLA HIRT. Dr.^a IFRJ

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 16:03)
ROBSON DIAS DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: 1555307

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 15:44)
CARLA HIRT
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 009.083.850-56

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 15:47)
ANGELO MARCOS QUEIROZ PRATES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 158.749.338-16

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1447**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **18/12/2023** e o código de verificação: **ef1330d372**

DEDICATÓRIA

Ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, inúmeras vezes me vi pensando em possíveis palavras de dedicatória. O que permanece constante, entretanto, são as pessoas que desde o início eu sabia que queria honrar com todo o meu esforço desta pesquisa, pois elas são alicerce e complemento da minha própria existência. Antes de tudo, quero expressar minha gratidão a Deus, cuja orientação constante moldou meu caminho, mesmo quando as razões por trás das reviravoltas eram obscuras.

Dedico esta pesquisa ao meu pai, o senhor Sebastião, um homem de força inquebrável e incansável trabalhador. Enquanto explorava o universo dos "candangos" neste estudo, sua imagem vinha constantemente à mente, pois ele personifica o trabalho árduo que proporcionou, de forma simples e digna, as condições para que pudéssemos estudar e seguir nossos sonhos. À minha mãe, dona Ademildes, cujo amor e cuidado moldaram um lar bem administrado, garantindo o bem-estar da nossa família no trabalho mais solicitado e subestimado, o de ser mãe e dona de casa.

Minhas irmãs também merecem esta dedicatória, pois sempre me apoiaram e acreditaram em minha inteligência mais do que eu mesma. Elas permitiram que eu estudasse até tarde da noite, com a luz do quarto acesa, quando éramos jovens. Dedico à minha "estrelinha" que agora brilha lá no céu, cuidando de mim e vibrando com minha jornada, como sempre fez, com palavras de incentivo, admiração e amor. Meu amor por vocês, Adriana, Patrícia e à Renatha (em memória), é infinito.

Dedico também aos meus amores, meus filhos, a todos eles, meus anjinhos. Matheus, meu primeiro amor incondicional, você trouxe a calma (muitas vezes nem tanto e testada) que eu jamais imaginei possuir e é um exemplo de persistência e resiliência, do qual tenho imenso orgulho. Obrigada por ser o primeiro a me dar o título mais importante, o de mãe. Minha princesa, Milena, que a cada dia, me prova que ser mãe de uma menina é um privilégio que eu nunca ousava sonhar. Sua paciência, generosidade, calma e sabedoria nas palavras me lembram constantemente que Deus me presenteou com um anjo para que eu cresça como ser humano. Lucas, meu filho, agradeço por compreender as minhas ausências e por ser paciente com a distância. Saiba que tudo é por vocês. Obrigada por me ajudar a evoluir e compreender a diversidade das pessoas, e que orgulho sinto quando temos conversas mais profundas, percebendo o quanto você cresceu, meu amor.

Quero expressar minha gratidão aos amigos, que de maneira direta ou indireta contribuíram de diferentes formas para o sucesso desta pesquisa. Evitarei citar nomes, pois o risco de esquecer alguém é grande, muitos vêm à mente, seja no âmbito profissional, pessoal ou de longo prazo. A todos, o meu sincero agradecimento.

Por último, mas certamente não menos importante, dedicado este trabalho ao meu orientador, Robson. É uma honra ter sido orientada por alguém de tamanha sabedoria e humildade, características que me impressionaram desde o início das nossas aulas. Acordar cedo, as segundas-feiras, para assistir às aulas eram um privilégio. Robson, você personifica o tipo de professor que faz falta hoje em dia, alguém que combina sabedoria, generosidade, didática, humildade e empatia com os alunos. Para mim, você não é apenas um professor, mas um amigo. Obrigada por confiar e estar ao meu lado sempre!

RESUMO

No contexto deste estudo, explora-se de forma abrangente o processo de interiorização da capital e seu impacto no desenvolvimento regional no Brasil, traçando uma linha temporal que abrange diversos eventos históricos e iniciativas de relevância. Desde os primórdios da história do país, a ideia de transferir a capital para o interior manifestou-se como uma busca pela unificação e desenvolvimento do território. A trajetória histórica inicia-se no século XVIII, com figuras notáveis que sinalizaram o interesse em descentralizar o poder e promover um desenvolvimento mais equitativo, destacando a necessidade de expandir o governo central para o interior.

No entanto, a concretização desse desejo só veio a ocorrer no final da década de 1950, sob a liderança visionária de Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília. Esse período foi marcado por um esforço monumental para transformar o Planalto Central em uma cidade moderna e funcional em um prazo impressionante de cinco anos.

Além disso, o estudo aborda a criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) como uma estratégia contemporânea para promover o desenvolvimento regional. Essas RIDEs não apenas coordenam esforços, mas também definem conceitos fundamentais, como crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional, esclarecendo os aspectos legais envolvidos em sua criação. Exemplifica-se com casos concretos, como a Grande Teresina, Petrolina-Juazeiro e o Distrito Federal e Entorno, como tais iniciativas contribuem para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável em regiões historicamente menos desenvolvidas.

Palavras-chave: Interiorização da Capital, Distrito Federal, Brasília, Desenvolvimento econômico, Desenvolvimento regional, RIDE

ABSTRACT

This study broadly explores the capital's process of interiorization and its impact in Brazil's regional development, tracing a timeline that encompasses several historical events and relevant initiatives. Since the beginning of the country's history, the plan to transfer the capital to the midwest region, towards the pursuit of unification and development in the territory, had already been manifested. The historical trajectory starts in the eighteenth century with notable figures, who signaled the interest in decentralising the power and promoting a more equitable development, highlighting the necessity to expand the central government to the midwest.

Nevertheless, the consummation of this aspiration only became concrete at the end of the fifties, under the leadership of Juscelino Kubitschek, with the construction of Brasília. This period was remarkable for the monumental struggle to transform the central plateau in a functional and modern city in a five year deadline.

Furthermore, the study addresses the creation of the "Integrated Economic Development Regions"(IEDRs) as a contemporary strategy to promote regional development. These IEDRs not only coordinate efforts, but also define fundamental concepts, such as economical growth, economical development and regional development, enlightening legal aspects involved with its creation. Concrete cases, including Teresina, Petrolina-Juazeiro, the Federal District and its surroundings, exemplify how such initiatives contribute to stimulate economic growth and the sustainable development in historically less developed regions.

Key-Words: internalization of the capital, Federal District, economic development, regional development, IEDR

LISTA DE TABELAS E MAPAS

TABELA 1 DADOS SÍNTESE – RIDE GRANDE TERESINA

TABELA 2 DADOS SÍNTESE – RIDE PETROLINA – JUAZEIRO

TABELA 3 DADOS SÍNTESE – RIDE DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

MAPA 1 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO POLO GRANDE TERESINA

MAPA 2 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO PETROLINA – JUAZEIRO

MAPA 3 REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

LISTA DE SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL),
AU	Aglomeração Urbana
ArPDF	Arquivo Público do Distrito Federal
BA	Bahia
COARIDE	Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
CTE	Conselho de Técnica e Economia
DF	Distrito Federal
EM	Estatuto da Metrópole
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
JK	Juscelino Kubitschek
LC	Lei Complementar
MG	Minas Gerais
MIDR	Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital Federal
PDGT	Plano de Desenvolvimento da Grande Teresina
PEDGT	Programa Especial de Desenvolvimento Grande Teresina
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PE	Pernambuco
RM	Região Metropolitana
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	11
1. CAPÍTULO 1 - A BUSCA PELA INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA	13
1.1 - 1763 A 1954: A IDEIA DA INTERIORIZAÇÃO EM UM PAÍS CONTINENTAL	13
1.1.1 - 1763: Marquês de Pombal	13
1.1.2 - 1789: Inconfidência Mineira	13
1.1.3 - 1808: Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense	14
1.1.4 - 1823: José Bonifácio: O Patriarca da Independência	16
1.1.5 - 1870: Varnhagen: Conde de Porto Seguro	17
1.1.6 - 1883: Dom Bosco e o sonho profético de Brasília	22
1.1.7 - 1889 a 1981: Proclamação da República: Marechal Deodoro da Fonseca	23
1.1.8 - 1892: Comissão Exploradora do Planalto Central: A Primeira Missão Cruls	24
1.1.9 - 1894: Comissão de Estudos da Nova Capital da União: A Segunda Missão Cruls	27
1.1.10 - 1922: A Pedra Fundamental da Nova Capital	29
1.1.11 - 1934: Vargas e a Constituição Federal de 1934	30
1.1.12 - 1946: General Dutra e a Missão Polli Coelho	32
1.1.13 - 1953: Relatório Belcher	34
1.1.14 - 1954: Os cinco sítios para localização da Nova Capital	34
2. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: CINQUENTA ANOS EM CINCO	36
2.1 - 1955 a 1960: A EPOPEIA MONUMENTAL	36
2.1.1 - 1955: A Campanha Política e a Meta Síntese	36
2.1.2 - 1956 - 1960: Cinquenta Anos de Progresso em Cinco Anos de Governo	36
2.1.3 - O Concurso do Plano Piloto	38

2.1.4 - Candangos: Homem “faber”	39
2.1.5 - Cidade Livre	40
2.1.6 - Os Pensadores: homem “sapiens”	40
3. AS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROPULSORES DO CRESCIMENTO NACIONAL	48
3.1 - EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE DESENVOLVIMENTO	48
3.2 - A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL COMO BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL DO PAÍS.....	49
3.3 - DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL DO PAÍS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	50
3.4 - ASPECTOS LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	52
3.5 - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GRANDE TERESINA: ASPECTOS E COORDENAÇÃO	56
3.6 - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PETROLINA – JUAZEIRO: ASPECTOS E COORDENAÇÃO	58
3.7 - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ASPECTOS E COORDENAÇÃO	61
CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA	67
ANEXO 1 – FIGURAS	77

INTRODUÇÃO

A busca pela interiorização da capital e o desenvolvimento regional no Brasil ao longo da história têm sido objeto de profunda relevância e complexidade. Este processo, marcado por uma série de eventos e iniciativas, reflete a aspiração de unificar um país de dimensões continentais, mitigando as disparidades regionais e promovendo o crescimento econômico e social de suas diversas localidades. Como destacado por Demuner Teixeira e Vergara (2023), a expectativa de mudança da capital federal, como uma estratégia para superar as heranças do período colonial e imperial, era amplamente expressa.

O escopo deste estudo tem como objetivo analisar a evolução da busca pela interiorização da capital no Brasil ao longo da sua trajetória histórica e seus reflexos nas políticas de desenvolvimento regional, com especial atenção às Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs). Para alcançar os objetivos propostos, este estudo utilizará uma abordagem histórica e analítica. A coleta de dados envolverá fontes primárias e secundárias, incluindo documentos históricos, legislação pertinente, relatórios governamentais e estudos acadêmicos.

Nesse contexto, a primeira seção deste artigo é dedicada ao período compreendido entre 1763 a 1954, marcado pela disseminação da ideia de interiorização em um país de vastas proporções. Diversos protagonistas históricos, como o Marquês de Pombal, Hipólito José da Costa com seu "Correio Braziliense", José Bonifácio, o Conde de Porto Seguro em sua obra histórica, Dom Bosco com seu sonho profético sobre Brasília, e figuras importantes durante a Proclamação da República, como Marechal Deodoro da Fonseca, tiveram papel fundamental na construção dessa narrativa histórica.

Além disso, o período também abrange a exploração do Planalto Central do Brasil por meio das Missões Cruls, a solene colocação da Pedra Fundamental da Nova Capital em 1922 e a influência das políticas de Getúlio Vargas na Constituição de 1934 até a Constituição de 1988 que trouxe em seu texto, no Art. 4º, explicitamente, a necessidade da transferência para a região central do país (POLETTI, 1934).

Por outro lado, a segunda seção desta pesquisa concentra-se na construção de Brasília, um feito monumental que ocorreu entre os anos de 1955

e 1960. Durante esse período, vários atores surgiram e desempenharam papéis fundamentais na concretização da transferência da sede do país para a região central do Brasil. A ideia da construção monumental da Capital do país, que se tornou a Meta Síntese da campanha política de Juscelino Kubitschek, enfrentou desafios consideráveis devido ao curto período de tempo estipulado para sua realização.

O slogan “cinquenta anos em cinco” para a construção de Brasília foi concretizado graças ao trabalho incansável de trabalhadores conhecidos como “candangos”, que deixaram uma marca indelével na construção da cidade. A realização desse feito colossal contou também com vários nomes que tornaram viáveis a realização desse sonho, como Oscar Niemeyer, Lucio Costa entre tantos outros mais, que tinham em suas ideias a construção da futura capital do país.

Além disso, a terceira seção deste estudo aborda as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), no período contemporâneo, como impulsionadoras do crescimento nacional. Neste cenário, explora-se o significado dos três conceitos, crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento, e analisa-se como a interiorização da capital tem sido uma busca contínua pelo desenvolvimento da região central do país.

Por fim, uma análise é conduzida sobre o processo de criação das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) e os aspectos legais que permeiam essa iniciativa. Dentro desse escopo, dedicaremos uma atenção especial aos RIDEs da Grande Teresina, de Petrolina-Juazeiro e do Distrito Federal e Entorno, com uma investigação em dados econômicos, população e território, para destacar como a articulação entre os municípios integrantes é relevante pra essas regiões, e fortalecendo a ideia de integração e interiorização em prol de uma nação mais equitativa e completamente desenvolvida.

1 A BUSCA PELA INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL AO LONGO DA HISTÓRIA

1.1 - 1763 A 1954: A IDEIA DA INTERIORIZAÇÃO EM UM PAÍS CONTINENTAL

1.1.1 - 1763: Marquês de Pombal

Um dos registros mais antigos sobre a transferência da capital do Brasil é atribuído a Sebastião José de Carvalho e Melo (1669-1782), o Marquês de Pombal (FIG.1), que governou Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, no século XVIII. Segundo Reis (1982, p. 58), o novo ministro comprehende que o Brasil era a principal fonte de riqueza para a metrópole e fundamental para sua grandeza e prosperidade. Marquês de Pombal, em 1763 propôs ao rei de Portugal, Dom José I (1714-1777), a transferência da sede do Governo Geral da Bahia para o Rio de Janeiro (REIS, 2000).

Como destaca Reis (2000), Pombal foi o precursor das reformas democráticas. Ele acreditava que a transferência poderia ajudar a estimular o progresso das regiões internas do país, reduzir a desigualdade regional e reforçar a identidade nacional. De acordo com Reis (1982, p. 44), o sistema político, militar e civil criado no período Pombalino visava preservar e defender a unidade territorial do Grande Império.

Embora as motivações de Marquês de Pombal para a transferência da capital tenham evoluído ao longo do tempo e influenciadas por diversas outras razões políticas, econômicas e sociais, foi a partir de seus ideais que deu início a demarcação do Brasil, com o objetivo de “*manter para as gerações futuras a integridade física e política desse grande e cobiçado país-continente*” (REIS, 1982, p. 45).

1.1.2 - 1789: Inconfidência Mineira

De acordo com Jardim (1989, p. 334), o movimento de insurreição da Inconfidência Mineira, em Minas Gerais, no século XVIII, teve características marcantes e nasceu das condições estruturais da sociedade brasileira da época.

Além disso, o movimento teve o intuito de tirar Minas (Brasil) do domínio de Portugal, e seus idealizadores tinham inspiração vinda da Europa com pensamentos baseados em Voltaire, Montesquieu, Rousseau, ideólogos da futura Revolução Francesa (GANCHO; TOLEDO, 1991, p.38).

Segundo Grieco (1990, p.41, 42), tinham em seus planos transferir a capital para São João del-Rei “*por ser aquela vila mais bem situada e farta de alimentos*”. Os inconfidentes acreditavam que essa mudança seria benéfica para o país, pois as minas de ouro estariam “*no meio de montanhas inacessíveis a qualquer exército*” (JARDIM, 1989, p. 349).

Vale destacar também que no caso de uma invasão da Espanha pelo sul do Brasil, a nova capital estaria tão distante dos portos que um ataque seria facilmente repelido (JARDIM, 1989). Tal pensamento se alinha com a idealização da interiorização da capital do país.

Embora secreto, o movimento era de conhecimento de muita gente, inclusive das autoridades portuguesas. É importante ressaltar que não houve apenas um delator, mas vários, que traíram seus amigos e também o movimento. Isso desencadeou a detenção dos envolvidos que ficaram presos por cerca de dois anos. O alferes, Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), conhecido como Tiradentes, um dos líderes do movimento, foi julgado em um conturbado e demorado processo que culminou na sua condenação. No evento que ficou conhecido como Jornada dos Mártires (FIG.2), no dia 21 de abril de 1792, ele foi enforcado, e esse dia ficaria marcado na história e seria homenageado anos mais tarde, com a concretização do sonho da interiorização da capital do país (GANCHO; TOLEDO, 1991).

1.1.3 - 1808: Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense

Apesar do movimento revolucionário dos Inconfidentes ter sido sufocado, suas ideias germinaram ao longo dos anos. O assunto continuava em voga dentro e fora do Brasil. De acordo com Silva (1970), os arquivos do *Foreign Office*, Londres, possuem a carta de Sua Majestade Britânica endereçada ao primeiro Ministro Canning (1770-1827), de 24 de julho de 1808, onde acrescenta:

O Rio de Janeiro não era de modo nenhum a residência adequada para a família real, e que era necessária uma incursão, pelas partes

meridionais dos seus domínios na esperança de encontrar um sítio de mais eleição para sua Corte e Governo. (SILVA, 1970, p.17).

Influenciado por tais ideias, o jornalista e escritor brasileiro Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (1774-1823) que viveu no período colonial e início do Império, foi um propagador do que absorvia na Europa. Suas ideias tiveram grande repercussão e influenciaram muitos outros pensadores e políticos brasileiros. A historiadora Isabel Lustosa (2013), destacou-o como um dos brasileiros que ‘tiveram maior influência sobre os que fizeram a Independência’.

Hipólito fundou e publicou em Londres, a partir de 1º de junho de 1808 o jornal *Correio Braziliense* (LUSTOSA, 2003), que se tornou um importante veículo de comunicação e divulgação das ideias iluministas e republicanas no Brasil. O nome *Correio Braziliense*, faz menção ao termo ‘Brazilienses’ usado para identificar ‘os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que sentiam vinculados ao Brasil como à sua verdadeira pátria’ (LUSTOSA, 2003, p.14).

O Correio Braziliense era impresso em Londres e enviado para o Brasil, contendo informações e notícias sobre a política e a sociedade brasileira, bem como sobre a Europa e outros lugares do mundo. De acordo com Lustosa (2003), o jornal era dividido em seções: política, comércio e artes, literatura e ciências, miscelânia e, eventualmente, correspondência.

O jornal foi um meio importante para a disseminação de ideias libertárias e críticas ao sistema colonial absolutista português, representando uma crítica à administração portuguesa (LUSTOSA, 2003). Conforme ressalta Isabel Lustosa (2013), um dos ideais e projetos centrais de Hipólito José da Costa era a necessidade de mudar a capital do Brasil para o interior do país. Ele acreditava que os portugueses poderiam demonstrar patriotismo e gratidão ao Brasil estabelecendo-se em uma região central, próxima às nascentes dos grandes rios, e construindo uma nova cidade nesse local (LUSTOSA, 2013).

Nesse contexto, o artigo do Jornal Correio Braziliense, no ano de 1808 de autoria de Hipólito, exprime a ideia de que no Rio de Janeiro não havia as “*qualidades que se requerem da cidade que seria a Capital do país*”. O Rio já era uma cidade insalubre e insegura, por sua proximidade com o mar (CRULS, 1992, p. 27).

Segundo Hipólito José da Costa, em seus escritos, ele defende que a nova capital do Brasil deveria estar localizada em uma posição estratégica e central, de modo que a cidade surgida no meio do deserto fosse conectada através da construção de estradas que facilitassem a integração e a comunicação entre as diversas regiões do país, com ligações eficientes com os principais portos marítimos e as principais povoações. Dessa forma, a capital se tornaria um ponto de encontro e conexão entre as partes mais distantes do Brasil (LUSTOSA, 2013).

1.1.4 - 1823: José Bonifácio: O Patriarca da Independência

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), advogado e filósofo, demonstrou interesse por assuntos econômicos desde sua época de estudante universitário, apesar de sua formação jurídica e atividade profissional técnica (SALOMÃO, 2020, p.10). Em conjunto com Hipólito José da Costa, ele exerceu influência sobre a geração que promoveu a Independência do Brasil, ambos reforçaram seu senso de pertencimento à grande pátria lusitana no ambiente ilustre da Corte de Lisboa, sempre com o Brasil em mente (LUSTOSA, 2013, p.164).

Bonifácio assumiu o cargo de Ministro do Reino em 15 de janeiro de 1822, em um período marcado por profundas divergências sobre os rumos a serem tomados pelo Brasil (LUSTOSA, 2003, p.29). A respeito da transferência da capital para o interior do país, em 1821, as ‘instruções dadas aos deputados de São Paulo às Cortes Portuguesas’, que foram organizadas e redigidas por José Bonifácio, constando no art. 9º do Capítulo 11 o seguinte:

Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade livre de qualquer assalto e surpresa externa e se sento da Corte ou da Regência, em uma latitude pouco mais ou menos de 15 graus em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável.

Deste modo fica a Corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis.

Desta corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos do mar, para que se comuniquem e circulem com

toda a prontidão as ordens do governo, e favoreça por elas o comércio do vasto Império do Brasil. (ANDRADA E SILVA, 1939, p.117).

A proposta de transferência da capital foi uma iniciativa de José Bonifácio e de outros políticos da época. José Bonifácio pronunciou durante a Assembleia Constituinte de 1823 (FIG.3), conforme registrado em sua obra "José Bonifácio: o patriarca da independência", em defesa à transferência da capital do Brasil para o interior do país:

Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília. (ANDRADA E SILVA, 1939, p.118).

Essa frase revela a preocupação de José Bonifácio com o desenvolvimento e a integração do país, defendendo a necessidade de uma capital estrategicamente localizada e centralizada para facilitar a comunicação e a administração do Império e sendo ela central ficaria livre do assalto e surpresa de inimigos externos (ANDRADA E SILVA, 1939, p.118).

Apesar de desempenhar um papel importante na Assembleia Constituinte, é necessário destacar que sua participação foi marcada por conflitos e divergências políticas com outros membros da Assembleia, e em 1823, após confrontos com os setores mais radicais, ele foi afastado do cargo de Ministro pelo imperador (LUSTOSA, 2013).

De acordo com Lustosa (2013, p.164) dentre aqueles brasileiros, José Bonifácio foi um dos que tiveram maior influência sobre a geração que fez a Independência. Portanto, sua contribuição para o processo de independência e consolidação da nação brasileira foi fundamental, estabelecendo-o como um dos principais líderes e pensadores do Brasil naquele período.

1.1.5 - 1870: Varnhagen: Conde de Porto Seguro

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), também conhecido como Conde de Porto Seguro (FIG.4), nasceu em 17 de fevereiro, em Sorocaba, na província de São Paulo, conforme registrado em seu certificado de batismo (CÉZAR, 2007, p. 165). De acordo com Reis (2007), Varnhagen se destacou como um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XIX, sendo reconhecido como o "*Heródoto brasileiro*" e considerado o fundador da história do Brasil, além de ter atuado como político e diplomata português (REIS, 2007, p. 25).

Durante sua infância, Varnhagen viveu parte de sua vida em Sorocaba e, em 1823, mudou-se para Portugal. Sua carreira diplomática proporcionou condições ideais para o trabalho de historiador, pois pode combinar suas pesquisas com o tempo e as viagens (CEZAR, 2018, p.35). Entre suas diversas obras sobre a história do Brasil e do continente americano, destacam-se "História Geral do Brasil", "A História das Lutas com os Holandeses no Brasil", "A Capitania de São Vicente", "A Descoberta do Brasil" e "Memorial Orgânico".

Varnhagen, um defensor da transferência da capital do Brasil para o interior do país, expressou suas ideias em 1849 por meio de uma carta enviada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), intitulada Memorial Orgânico (FIG.5). Nesse documento, ele argumentava a favor de uma capital no interior do continente, apesar de não indicar um lugar específico. Sua principal justificativa era que a capital não deveria mais permanecer localizada em um porto próximo ao mar (CEZAR, 2018, p.56).

No Memorial Orgânico, Varnhagen apresentou desafios cruciais que, em sua visão, eram essenciais para a formação de um Brasil soberano, político e demograficamente estruturado no território herdado da metrópole (FUNAG, 2016, p. 10). Dentre esses desafios, Varnhagen abordou a questão da nova capital, apontando o risco de mantê-la no Rio de Janeiro, cuja localização litorânea tornava-a vulnerável à intimidação das grandes potências europeias. Varnhagen trouxe a seguinte pergunta ao tratar da questão da nova capital: "*Qual o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?*", a resposta à sua pergunta foi descrita com total clareza:

E agora acrescentaremos [que] a capital do Império deve estar nalguma paragem bastante no interior que reúna mais circunstâncias favoráveis, não só para satisfazer ao princípio essencial do clima exigido por Montesquieu [...] como pelas razões seguintes [...] (VARNHAGEN, 1849, p.10)

A partir disso, Varnhagen elencou doze razões que justificariam a ideia de transferência da capital do Brasil para o interior do país (FUNAG, 2016, p. 124). Entre essas razões, o diplomata defendeu a proteção da capital contra possíveis ataques de potências estrangeiras, o estímulo ao desenvolvimento regional e a criação de uma rede de infraestrutura para articular a nova capital com outras regiões do país. Nesse contexto, no Capítulo III, § II, que trata sobre a “situação da nova capital”, ele traça uma lógica crescente de argumentos, que mais tarde ele usaria para aprofundar sua ideia de interiorização da capital, descritos a seguir:

3º - Como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples frequência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longínquos sertões é necessário, para que eles se animem a sair do estado quase natural, levar como tônicos grandes focos de civilização, e não pode haver melhor do que o de assentar ali a própria capital [...] (VARNHAGEN, 1849, p.10)

4º - Os governos cuja sede está no interior do país tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as comunicações, que são as veias e artérias do Estado, que sem elas definha e morre [...] (VARNHAGEN, 1849, p.11)

5º - Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade em diferentes raios sua solicitude [...] (VARNHAGEN, 1849, p.11)

6º - Quanto mais central esteja a capital, mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o país; e ainda sem imaginar esse caso extremo: qualquer exigente negociador não se julgaria ali tão forte para ditar condições, como tendo a vista suas esquadras [...] (VARNHAGEN, 1849, p.11)

8º - Um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima já não tropical, faria que prontamente ali se cultivasse artigos de comércio que não cultivam a beira mar, e a permuta seria em benefício do país, que além disso ficaria mais rico de meios próprios e nesses chapadões a população que hoje é quase apenas pastoril passaria a ser agricultora e até com o tempo, a ensaiar-se em outros ramos da indústria [...] (VARNHAGEN, 1849, p.11)

11º - Em uma posição adequada do interior estará o governo, mas em circunstâncias de atender aos ricos distritos de Goyazes e Cuiabá, onde há tanto por criar, e dar providências acerca dos índios, a respeito dos quais muito pouco, ainda mal, se tem falado no Rio de Janeiro [...] (VARNHAGEN, 1849, p.11)

A carreira diplomática de Varnhagen abrange o período entre 1842 a 1878, organizada em quatro etapas: a portuguesa (1842-1847), a espanhola (1847-1858), a sul-americana (1859-1867) e a austríaca (1867-1878) (FUNAG, 2016, p. 24). Durante esse tempo, manteve a crença de que a mudança da capital do Brasil seria importante para o desenvolvimento e a integração do país. Por esse motivo, Varnhagen pediu licença da chefia da delegação diplomática na Áustria para estudar o sertão brasileiro e liderar a missão oficial ao Planalto Central, a primeira grande expedição científica para a localização e a mudança da capital federal (IPHAN, 2023).

Determinado a comprovar as ideias que havia arquitetado no Memorial Orgânico de 1849, Varnhagen viajou ao Planalto Central do Brasil em meados da década de 1870, quando já tinha cerca de 60 anos de idade, para buscar um local adequado para a construção da nova cidade. O tema da transferência da capital para o Planalto Central também veio à tona em outra obra sua, de 1877, intitulada "A questão da capital: marítima ou interior" (FUNAG, 2016, p. 91).

A partir do ponto terminal da Estrada de Ferro Mogiana, em Uberaba (MG), Varnhagen viajou por 30 dias seguidos, e sobre o lombo de um burro chegou à Vila Formosa da Imperatriz, então cidade de Formosa (GO), a cerca de 80 km de Brasília. Apesar das marchas cansativas, o diplomata chegava a percorrer mais de 40 quilômetros por dia (IPHAN, 2023).

Nesse contexto, Cezar (2018) destaca o trabalho árduo e os sacrifícios enfrentados por Varnhagen, com um ritmo intenso, com seus equipamentos e

instrumentos em um itinerário difícil de percorrer. No entanto, os resultados foram considerados proveitosos para o historiador, pois ele pôde observar o local mais favorável para o sítio da nova capital do país.

Todo o relato da viagem ao centro do país foi registrado em uma carta datada de 28 de julho de 1877, enviada ao ministro da Agricultura, Antônio Francisco de Paula Souza, onde Varnhagen aponta as terras adequadas à colonização no modelo europeu para a construção da nova capital, onde descreveu:

Na vasta extensão que acabo de percorrer, há, porém, outra região não menos apropriada a oferecer localidades favoráveis ao primeiro estabelecimento de colonos europeus, [...]. Faz a um tempo, dela partiu águas para os três rios maiores do Brasil e da América do Sul, Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo-a, por assim dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concavas ou bacias fluviais do Império. Refiro-me à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sobre o mar, como nela requer para a melhoria do clima a menor latitude, com algumas terras mais altas do lado do norte, que não só a protegem dos ventos menos frescos desse lado, como lhe oferecerão os indispensáveis mananciais. (VARNHAGEN, 1877).

Durante a sua expedição, Varnhagen percorreu extensas áreas do Planalto Central, visitando cidades como Planaltina e Formosa, e descreveu com detalhes a expedição pelo interior do país à procura do local exato, em um árduo percurso pelo sertão do Goiás até a chegada à “Futura Capital”, onde explorou a região das três lagoas, e defendeu a construção de uma cidade que seria localizada entre as lagoas Feia, Formosa e Mestre D'Armas (LESSA, 1954, p. 82).

O Memorial Orgânico (VARNHAGEN, 1849) deixou claro que, quanto mais central estivesse a nova capital, mais obstáculos criaria aos inimigos para acessá-la. Varnhagen acreditava que essa região era estratégica, pois estava localizada no centro geográfico do país e contava com recursos naturais abundantes, como água, vegetação e minérios. Além disso, ele considerava que

a cidade seria um importante polo de desenvolvimento econômico e cultural do interior, favorecendo a integração das regiões e a descentralização do poder.

De acordo com Cezar (2018), por suas relevantes contribuições à história e à cultura do Brasil, Varnhagen foi homenageado com o título de Barão de Porto Seguro em 1872, e em 1874, recebeu o título de Conde de Porto Seguro. Varnhagen faleceu em Viena, no ano de 1878. Embora suas ideias não tenham sido implementadas em vida, elas desempenharam um papel importante na discussão sobre a interiorização da capital do Brasil e o desenvolvimento do interior do país.

1.1.6 - 1883: Dom Bosco e o sonho profético de Brasília

A história de Brasília está misturada com o ideal da Independência e com a poesia dos Missionários. Segundo Orico (1960, p. 331), “Brasília foi o sonho de um Sábio e a visão de um Santo”. Giovanni Bosco (FIG.6), conhecido como Dom Bosco (1815 - 1888), padre católico italiano nasceu em Becchi, na Itália, e dedicou sua vida ao sacerdócio. Seu nome e sua obra estão associados ao destino de Brasília (ORICO, 1960).

O sacerdote católico italiano teve uma visão profética sobre o futuro da Igreja Católica e do Brasil enquanto dormia em sua casa em Turim, na Itália e o transmitiu numa reunião do Capítulo Geral de sua Congregação em 4 de setembro de 1883. Na visão profética, um misto de surrealismo e sobrenatural, que ficou conhecido posteriormente como “O Sonho de Dom Bosco”, o sacerdote relatou que teve a visão de “*um leito muito largo e muito extenso, onde se formava um lago*”, e que essa localização seria entre “os paralelos 15° e 20°” (ORICO, 1960, p. 332) e ouviu uma voz imperativa que reiterava:

Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá nesse sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, donde mana leite e mel. Uma inconcebível riqueza se estabelecerá. E estas coisas sobreviverão na terceira geração! (ORICO, 1960, p. 334).

Segundo Silva (1970, p.34), para confirmar que Dom Bosco estava se referindo a capital, a referência do sonho fala da “*Grande Civilização*” que surgiria na “*terceira geração*”.

Outrossim, Orico (1960), também traz a atenção que no Sonho de Dom Bosco, a localização “*entre os paralelos 15° e 20°*”, seriam as coordenadas próximas às lagoas Feia, Formosa e Mestre d’Armas, às cabeceiras do Rio Preto, no Distrito Federal, onde emergiria os alicerces da Nova Capital do país. Dom Bosco acreditava que esse sonho era uma mensagem divina e que a construção dessa cidade seria uma obra importante para o futuro do Brasil. Une o sobrenatural à realidade de tal forma que a imagem de São João Bosco está atrelada à construção devido a precisão que posteriormente a localização ideal da futura capital seria demarcada (ORICO, 1960, p. 335).

1.1.7 – 1889 a 1981: Proclamação da República: Marechal Deodoro da Fonseca

Em 15 de novembro de 1889, houve a Proclamação da República no Brasil, liderada por um grupo de militares, incluindo o Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), como chefe do governo provisório e com alguns oficiais eleitos para o Congresso Constituinte. De acordo com Fausto (1994, p.246), após ajudarem a derrubar a Monarquia, os militares tinham uma visão positivista, porém sem uma ideia elaborada da República. Para eles a República nova deveria ter ordem e também progresso, que significava modernização da sociedade por meio da ampliação do conhecimento técnico, crescimento da indústria bem como expansão das comunicações. (FAUSTO, 1994, p.246).

Durante o governo de Deodoro da Fonseca, a questão da transferência e construção de uma nova capital no interior do país foi discutida por políticos e juristas da época. Enquanto a cidade de Belo Horizonte estava em construção para se tornar a capital de Minas Gerais, alguns políticos defendiam que a capital federal também deveria ser transferida para essa futura cidade, visando o desenvolvimento da região e a descentralização do poder em relação ao Rio de Janeiro. Contudo, apesar das discussões, essa proposta não avançou naquele momento (VIDAL, 2009).

A expectativa de mudança da capital federal, como um meio de romper com o passado colonial e imperial, era amplamente expressa (DEMUNER TEIXEIRA e VERGARA, 2023). Neste contexto, durante os trabalhos da Constituinte, foi aprovado um dispositivo constitucional que possibilitou a transferência da capital, e este foi promulgado em 24 de fevereiro de 1891:

Art. 2º: Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte.

Art. 3º: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.

Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado (BRASIL, 1891).

De acordo com Vergara e Demuner (2023), “*a capital ostentava a péssima imagem de cidade insalubre*”, o Rio de Janeiro já era uma cidade inchada com “*um intenso crescimento populacional, sobretudo na região central da cidade*” devido ao “*aumento do número de pessoas vivendo em condições precárias de moradia, somado à incapacidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento*”. (FIG.7)

Segundo Fausto (1994, p. 256), Deodoro da Fonseca renunciou em 23 de novembro de 1891, e seu vice, Floriano Peixoto (1839-1895), assumiu a presidência. Peixoto conseguiu o apoio dos oligarcas paulistas para manter a estabilidade política do país e governou de 1891 a 1894, quando findou seu apoio tático com a elite política de São Paulo.

1.1.8 - 1892: Comissão Exploradora do Planalto Central: A Primeira Missão Cruls

A pedido do presidente Floriano Peixoto e com a autorização do Congresso, em 17 de maio de 1892, foi constituída a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, seguindo diretriz estabelecida pelo artigo 3º da

Constituição Federal (CRULS, 1992, p. 29). Sob a liderança do engenheiro, astrônomo e diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o belga Louis Ferdinand Cruls (FIG.8) (1848-1908), a expedição partiu em junho de 1892 em direção ao interior do Brasil, e teve término em março de 1893. O objetivo central era delimitar a área destinada ao futuro Distrito Federal e selecionar o local para a construção da nova capital do país (VERGARA, 2006, p.911).

A missão foi composta por membros, como engenheiros, geógrafos, astrônomos, médicos higienistas, geólogos, botânicos, entre outros especialistas e militares, oriundos da Escola Superior de Guerra. De acordo com Vergara (2006), a “Comissão Exploradora ofereceu uma oportunidade de mostrar o papel dessa corporação como um instrumento para a realização de um projeto nacional mais amplo”. Isso se dava não pelas capacidades bélicas dos militares e sim por suas qualidades técnicas (VERGARA, 2006, p.911).

Além de Luiz Cruls, chefe da missão, a equipe era composta por diversos outros membros (FIG.9), tais como: Dr. J. de Oliveira Lacaille, Dr. Henrique Morize, Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, Dr. Pedro Gouvêa, Celestino Alves Bastos, Augusto Tasso Fragoso, Hastimphilo de Moura, Alípio Gama, Antônio Cavalcante de Albuquerque, Alfredo José Abrantes, Eugênio Hussak, Ernesto Ule, Felicíssimo do Espírito Santo, Antônio Jacintho de Araújo Costa, João de Azevedo Peres Cuyabá, José Paulo de Mello, Eduardo Chartier, Francisco Souto, Pedro Carolino Pinto de Almeida, Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim e Henrique Silva (CRULS, 1992, p. 30). Juntos, eles refizeram as trilhas abertas pelo Conde de Porto Seguro em sua missão de encontrar o local adequado para a construção da futura capital (FIG. 10 – FIG.12).

De acordo com Cruls (1992), todo o material para execução dos trabalhos, que continham teodolitos, barômetros, bússolas, instrumentos meteorológicos, material fotográfico, entre outros, que ocupavam 206 caixas e fardos pesando ao todo 9.640 kg, foi transportado primeiramente por estrada de ferro do Rio de Janeiro até Uberaba, no triângulo mineiro, fim da linha férrea. Deste ponto, a Missão Cruls, como ficou conhecida, percorreu uma longa viagem, atravessando a região do cerrado e iniciou uma jornada percorrida a cavalo, por mais de 14 mil quilômetros e que duraria 8 meses (CRULS, 1992, p. 30). Os membros da missão enfrentaram muitas dificuldades ao longo da viagem, incluindo doenças,

falta de água e comida, baixas temperaturas e problemas com o percurso em áreas pouco conhecidas.

Cruls enfatizou que a demarcação da área apresentava complicações, e duas formas de medição foram cogitadas: a primeira, de forma irregular, demandaria mais tempo, pois demandaria o levantamento de todo o perímetro; já a segunda solução, a do quadrilátero, foi considerada mais adequada, uma vez que o perímetro formava uma figura geométrica regular. Durante uma exploração extensiva da região, foram realizadas medições topográficas, estudos geológicos, hidrográficos e climáticos, além de análises da fauna e flora. Aspectos como acesso, transporte, abastecimento de água e entre outros, também foram minuciosamente avaliados. (CRULS, 1992)

Para essa tarefa, Cruls e sua equipe utilizaram diversas técnicas, tais como: topografia para medição de altitudes, distâncias e direções; geologia para coletar amostras de solo e rochas; hidrologia para estudar os recursos hídricos; botânica e zoologia para coletar e classificar espécies vegetais e animais; meteorologia para medir as condições climáticas; astronomia para determinar a localização precisa do planalto; e registro fotográfico para documentar a região em fotografias (CRULS, 1992).

Conforme Cruls descreve, a técnica adotada para o quadrilátero consistia em estabelecer quatro vértices ao redor da área a ser medida, a partir dos quais foram medidos distâncias e ângulos para obter uma figura aproximadamente quadrangular e calcular sua área. Esses estudos delimitaram a área destinada à construção da futura capital do país no Planalto Central (FIG.13). (CRULS, 1992, p. 73). Nesse contexto, Vergara (2006), ressalta que os membros da missão utilizaram a "geometria da forma produzida pela astronomia" para demarcar a área da futura capital. O quadrilátero demarcado estaria localizado "em torno dos 15 aos 16 graus de latitude Sul e por volta de 47 a 49 graus de longitude Oeste" (FIG.14).

Apesar da Comissão não ter recebido a incumbência de demarcar o local, Cruls afirma que *"os estudos feitos e os dados colhidos da zona demarcada, fornecem bases suficientes para orientar com segurança"* tal escolha. (CRULS, 1992, p. 109). Dessa forma, a ideia de interiorização da capital ganhava forma.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, Cruls e seus companheiros trouxeram consigo mapas, fotografias, amostras de solo, fauna e flora. O objetivo era

reforçar os motivos para transferência da capital para uma região central do país e enaltecer os benefícios que essa mudança traria para o progresso de todo o Brasil (CRULS, 1992, p. 18-21).

No Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, Cruls afirma:

[...] é assunto tão importante e que se liga diretamente com tantos interesses e tamanhos da nação [...] nutrimos, pois, a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar [...] uma grande Capital. (CRULS, 1992).

Cruls também afirmou que a região do planalto explorada possuía grandes rios, com uma planície imensa, com aspecto aprazível e com um clima ameno, com perfeita salubridade da vasta região (CRULS, 1992). A expedição da Comissão Exploradora do Planalto Central é considerada um marco importante na história do planejamento urbano do Brasil, por ter sido um dos primeiros esforços do país em relação ao desenvolvimento de uma cidade pensada e planejada desde sua concepção.

1.1.9 - 1894: Comissão de Estudos da Nova Capital da União: A Segunda Missão Cruls

De acordo com Lima (2013), na administração do presidente Floriano Peixoto foi nomeada a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, liderada por Cruls. A realização de uma nova missão, dois anos após a primeira, para definir o local exato para a construção da nova capital federal, ficou conhecida como a "Segunda Missão Cruls" (FIG.15-FIG.16) (ArPDF). Segundo Cruls (1896, p.7), a comissão faria uso da planta já demarcada na Primeira Missão Cruls. Com a experiência já adquirida outrora, seria feita a escolha definitiva do local, levando em consideração *a salubridade do clima; a qualidade das águas, sua abundância e facilidade para o abastecimento da futura capital; a topographia e a natureza do terreno* a fim de indicar o melhor lugar possível para se instalar a grande cidade que seria a capital do Brasil.

Segundo Cruls (1896), os trabalhos começaram em 01 de junho de 1894 e se estenderam até dezembro de 1895. Durante a missão, com a técnica da triangulação a partir dos quatro vértices, na área de 14.400 Km², foram realizadas medições mais precisas das coordenadas geográficas e altitudes do Planalto Central, bem como estudos geológicos e topográficos mais detalhados. Além disso, foram feitas observações astronômicas e meteorológicas para determinar as condições climáticas e as estações do ano na região. Cruls e sua equipe julgaram conveniente proceder o reconhecimento a partir do paralelo 15°, não uma mera coincidência esse ponto ser propício, já outrora citado na profecia de Dom Bosco.

De acordo com Cruls (1896), a Segunda Missão contou com a participação de alguns dos mesmos membros da primeira, como o próprio Luiz Cruls, chefe da 1^a turma da expedição, além de novos integrantes. Contou com o já experiente engenheiro Henrique Morize, que participou da primeira missão, e foi o engenheiro chefe. A expedição contou com a expertise de engenheiros militares, como o Major Celestino Alves Bastos, engenheiro, chefe da 2^a turma de expedição, Hatimphilo de Moura, engenheiro militar, chefe da 3^a turma, Alípio Gama, engenheiro militar, matemático e físico, chefe da 4^a turma. Cruls convidou o francês Auguste Glaziou, engenheiro botânico e civil, responsável pela transformação de vários parques na cidade do Rio de Janeiro e diretor dos parques e jardins particulares de D. Pedro II. Glaziou apreciou e citou em seu relatório as espécies nativas do Planalto Central, repleta de árvores de madeiras preciosas como o Cedro Rosa, o Pequi Marfim, e o Jacarandá (CRULS; GLAZIOU, 1896, p. F-7).

No seu relatório, o botânico Glaziou defendeu a recriação de um lago, que segundo ele existiu entre os dois grandes chapadões conhecidos na época como Gama e Paranoá, devido à junção de diferentes cursos d`água. Segundo o botânico, como uma obra de arte - um dique - forçosamente a água voltaria a seu lugar primitivo e formaria um lago navegável (CRULS, 1896, p. F-13). Este lago é o que hoje espelha o céu de Brasília. A formação rochosa, a fauna e a flora, tudo provocava surpresa e encantamento em Glaziou.

Posteriormente, concluídas as medições ficou estabelecido pelo chefe da Comissão que a demarcação seria dentro da área de 14.400 km² e que teria 100 km² formando um quadrilátero. A área demarcada no Planalto Central, entre

os paralelos 15º e 20º sul e os meridianos 44º e 47º oeste, menor que a área demarcada na primeira missão. A equipe demarcou uma área que se estendia do Córrego do Torto, ao norte, até o Córrego da Onça, ao sul, e entre os córregos Gama e Melchior, a leste e a oeste, respectivamente (CRULS, 1896).

Sob o governo de Prudente de Moraes, por falta de verba, no final de 1895 os pesquisadores tiveram que voltar às pressas ao Rio de Janeiro. Infelizmente, os trabalhos de campo desta 2ª Comissão foram suspensos por falta de recursos, faltando dinheiro até para enviar de volta os equipamentos (ArPDF). A segunda Missão Cruls, identificou o planalto central como a região mais adequada para a construção da futura capital federal do Brasil. Conforme Cruls (1896) destacou, dentro dessa área demarcada, foi estabelecido o local ideal para a construção da nova capital, que viria a ser Brasília, inaugurada em 1960.

Portanto, como Lima (2013, p. 34) afirma, tanto a Missão chefiada por Cruls como textos de seus contemporâneos revelam tal idealização sendo inegável os resultados geográficos, estratégicos, econômicos, salubres e de higiene necessários e importantíssimos para a escolha do local exato do que seria mais tarde a futura capital federal. Desta forma a instalação de planos urbanísticos futuramente seriam viáveis pela contribuição da Missão Cruls, tida como um marco na história da ocupação e desenvolvimento do centro-oeste brasileiro.

1.1.10 - 1922: A Pedra Fundamental da Nova Capital

Durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, na data de 7 de setembro de 1922, a Pedra Fundamental da Nova Capital foi lançada na região de Planaltina – DF. O evento foi acompanhado por diversas autoridades da época, incluindo o então presidente da República, Epitácio Pessoa (1865-1942) (FIG.17), e o então prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior, juntamente com o deputado goiano Americano do Brasil, que conseguiu aprovação do Congresso Nacional para implantação do monumento da Pedra Fundamental da Nova Capital (DE OLIVEIRA; DE SOUZA AFIUNE, 2017).

A cerimônia do lançamento da Pedra Fundamental no quadrilátero demarcado pela Comissão Cruls (1892-1894) não foi um ato casual, mas sim uma estratégia para reabrir o debate sobre a transferência da capital do Brasil para a região central do país, aproveitando as comemorações do centenário da Independência do Brasil. A Pedra Fundamental desempenha um papel significativo na narrativa histórica de Brasília, sendo uma precursora da sua construção, com um intervalo de 38 anos entre o seu lançamento em 1922, durante o Centenário da Independência, e seu tombamento em 1982 (DINIZ, 2022).

No Decreto Legislativo nº 4.494 de 18 de janeiro de 1922, o Presidente da República, Epitácio Pessoa, determinou que a Pedra Fundamental da Capital Federal fosse lançada no planalto de Goiás:

Art. 1º - A Capital Federal será oportunamente estabelecida no Planalto Central do Brasil, na Zona de 14.400 quilômetros quadrados, que por força do Artigo 3º da Constituição Federal, pertence à União, para esse fim especial, já estando devidamente medidos e demarcados.

Art. 2º - O poder executivo tomará as necessárias providências para que, no dia 7 de setembro de 1922, seja colocada na ponta mais apropriada da zona a que se refere o artigo anterior, Pedra Fundamental da futura cidade, que será a Capital da União (DINIZ, 2022).

O Decreto 4.494/22, determinou também a mudança da Capital Federal para o Planalto Central, explicitando:

Art. 3º -O Poder Executivo mandará proceder a estudos do traçado mais conveniente para uma estrada de ferro que ligue a futura Capital Federal a lograr em comunicação ferroviária para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, bem como das bases ou do plano geral para a construção da cidade, comunicando ao Congresso Nacional, dentro de um ano da data deste decreto, os resultados que obtiver (DOU, 1922, Republicado).

Em 1926, o Projeto de Lei nº 638/1926, do Deputado José Cesar de Magalhães Primo (RJ), autoriza a construir no Planalto Central da República, a futura capital da União (CÂMARA, 2010). Vale ressaltar que essas medidas foram tomadas por diferentes presidentes, e não apenas por Epitácio Pessoa, mas ele foi um dos responsáveis por impulsionar o projeto de construção da nova capital no Planalto Central.

1.1.11 – 1934: Vargas e a Constituição Federal de 1934

No governo de Getúlio Vargas, a Constituição de 1934, foi promulgada e previu a transferência da capital federal para o interior do país, mais especificamente para o Planalto Central. O artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição estabeleceu a mudança fosse efetivada, e explicitou o seguinte:

Art. 4º - Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão, que, sob instruções do Governo, procederá os estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (POLETTI, 1934).

No entanto, apesar da determinação constitucional, nada foi feito naquele momento. De acordo com Silva (1970, p.51), em 1937 foi instituído o Estado Novo, e a nova constituição outorgada não levou a ideia da transferência da capital a frente. Segundo Vasconcelos (1978, p.284) houve um período difícil na vida nacional e nenhum passo é dado pelo governo no que diz respeito ao ideal da transferência da capital para o interior.

Getúlio via no Planalto Central Goiano “*o miradouro do Brasil*” e que “*a mudança para o centro geográfico do País*” irradiaria e garantiria a expansão futura, ao ponto de lançar em 1940, após visitar Goiânia, Capital de Goiás a chamada “*Marcha para o Oeste*”. No entanto a ocupação dos vazios demográficos do interior do Brasil eram uma preocupação para Vargas, tendo

em alguns locais falta de densidade da população e pela ausência de uma série de necessidades elementares (VASCONCELOS, 1978, p. 286).

Com o intuito de estudar a possibilidade de transferência da Capital para o interior do país, Getúlio cria o Conselho de Técnica e Economia (CTE). Estudo coordenado pelo IBGE. Segundo Vasconcelos (1978), o Instituto encaminhou ao presidente um estudo que justificava a imperiosidade da mudança da Capital para o interior como uma questão de segurança nacional, pois a capital na época, Rio de Janeiro, numa posição periférica seria “*francamente hostilizada pelo mar, por terra e pelo ar*” (VASCONCELOS, 1978, p. 287).

Devido ao momento histórico daquela época – Ditadura e Guerra Mundial – o estudo do IBGE chama atenção que “*não se pode pôr em dúvida a necessidade de interiorizar a Capital como medida de segurança nacional, tanto externa como interna*” (VASCONCELOS, 1978, p. 287).

De acordo com Vasconcelos (1978), entre os resultados obtidos pelos estatísticos, destacam-se:

1. A escolha desse ponto é uma dessas medidas deliberadas em hora oportuna, pois constitui solução definitiva e perfeita para o problema;
2. O ponto em questão está no que se poderá chamar o centro de gravidade do mapa simbólico, pois dele fluem as águas que se vão repartir pelas três grandes bacias brasileiras – a franciscana, a do Tocantins -Amazonas e a platina;
3. Situa-se em um planalto maravilhoso pelo clima, pela irrigação, pela beleza das paisagens, pelas possibilidades de turismo, pelas riquezas das terras (campos, florestas, áreas de cultura);
4. Está no local mais protegido do território nacional quanto à possibilidade de uma agressão aérea ou terrestre;
5. E a metrópole ali situada facilmente poderá ligar-se a todas as unidades da Federação, e manter, com dinamismo poderoso, a grande unidade da vida nacional, mediante influência uniforme sobre toda a extensão do território brasileiro – de norte a sul e de este a oeste. (VASCONCELOS, 1978, p. 288).

Entretanto, de acordo com Vasconcelos (1978), durante os onze anos do governo de Getúlio Vargas, após a promulgação da constituição de 1934, durante o período do Estado Novo de 1937, até sua deposição em 1945, nada em relação a transferência da capital para ao interior se concretizou. Uma nova era de resultados sobre a questão da interiorização seria retomada mais à frente pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, e concretizada no governo de Juscelino Kubitschek, que lançaria o desafio de construir Brasília em apenas quatro anos (VASCONCELOS, 1978, p. 290).

1.1.12 - 1946: General Dutra e a Missão Polli Coelho

O General Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência após a saída de Getúlio Vargas e tomou posse em janeiro de 1946. De acordo com Fausto (1994), iniciou os trabalhos da Constituinte, com debates acalorados e assim a nova constituição foi promulgada pelo presidente eleito, em 18 de setembro de 1946 (FAUSTO, 1994, p.384). A Constituição de 1946, no seu Art. 4º das Disposições Transitórias, estabelecia que a capital federal seria transferida para um lugar no interior do país, e que enquanto isso não ocorresse, a cidade do Rio de Janeiro continuaria sendo a capital, com o texto do artigo explícito:

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara (BRASIL, 1946).

Vale destacar que a Constituição de 1946 não fixou uma localização específica para a nova capital federal, apenas determinou que ela deveria ser no Planalto Central. A escolha do local e a construção da nova cidade só foram definidas posteriormente. De acordo com Vasconcelos (1978, p. 303), em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, com o objetivo de encontrar um local para a construção da nova capital do país no Planalto Central, convidou o Marechal Djalma Polli Coelho, engenheiro geógrafo militar, então chefe do Serviço Geográfico do Exército, para liderar a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, que ficou conhecida como “Missão Polli Coelho”.

A missão realizou diversas viagens pela região durante quase dois anos e estudou as condições geográficas, climáticas e socioeconômicas, para chegar a uma decisão sobre o local ideal para a construção da nova capital e ratificar os levantamentos efetuados na Missão Cruls (VASCONCELOS, 1978, p. 301).

Os estudos da Missão Polli Coelho de 1946 mostraram que o Planalto Central era uma área com grande potencial para a instalação da nova capital do país. A região apresentava um clima ameno, com temperaturas mais amenas em comparação a outras áreas do país, além de possuir solo fértil e uma topografia favorável para a construção de uma cidade planejada. A Missão também destacou a importância estratégica da localização central do Planalto, que permitiria maior integração e desenvolvimento do país como um todo (VASCONCELOS, 1978).

A Missão Polli Coelho concordou com o perímetro do quadrilátero já demarcado na Missão Cruls, fato descrito na redação do Relatório Final, enviado ao presidente em 12 de agosto de 1948, onde descreveu que a conclusão encaminhada era que estabelecessem no planalto central goiano a nova capital “aproveitando integralmente a área proposta em 1882 pela Comissão Cruls” (SILVA, 1970, P. 58).

1.1.13 - 1953: Relatório Belcher

Em 05 de janeiro de 1953, foi sancionada a Lei nº 1.803, no Congresso Nacional, que autorizava o Poder Executivo a realizar os estudos para a localização da Nova Capital. De acordo com Silva (1970), o Art. 1º trazia em seu texto:

É o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, como achar conveniente, na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos 15º e 17º e meridianos 46º e 49º, aos estudos definitivos para a escolha do sítio da Nova Capital Federal, que deverão ficar concluídos dentro de três anos. (SILVA, 1970, p. 59).

Getúlio Vargas, assinou em 08 de junho de 1953 o Decreto nº 32.976 que criava a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, que tinha a missão de escolher o sítio onde seria construída a Nova Capital. Como chefe da Comissão, Vargas nomeia como presidente o General Aguinaldo Caiado de Castro. O general toma a iniciativa de contratar a empresa Cruzeiro do Sul para fazer o levantamento aerofotogramétrico de toda a região, no Planalto Central (SILVA, 1970, p. 60).

Segundo Vasconcelos (1978, p. 324), um segundo estudo, mais aprofundado foi solicitado a empresa americana *Donald J. Belcher and Associates Incorporated*. O contrato solicitava vários estudos paralelos para justificar a indicação. Ademais, Silva (1970, p.61) destaca que, a firma americana apresentaria, mapas, mosaicos e relatórios especiais sobre cada sítio selecionado e um Relatório Geral, para que então pudesse confrontar todas as informações e proceder a encolha do melhor local com as melhores condições para implantação da nova capital.

1.1.14 - 1954: Os cinco sítios para localização da Nova Capital

Com a morte do presidente Getúlio Vargas, João Café Filho, seu vice, assumiu a presidência, e em 1954 convida o Marechal Pessoa para chefiar a Comissão. A empresa Donald Belcher em seu relatório indica cinco melhores sítios de mil quilómetros quadrados cada um. Os sítios seriam separados por cores: verde, castanho, amarelo, azul e vermelho (FIG.18) (VASCONCELOS, 1978, p. 326).

De acordo com Silva (1970, p.66), os estudos apresentaram além dos cinco sítios finais a topografia de cada um, a drenagem, a utilização da terra, os solos, entre outros aspectos pertinentes e importantes para a melhor escolha.

Segundo, Vasconcelos (1978, p. 329), o relatório Belcher trouxe a atenção que o Brasil deveria ser “*louvado pelo falso se ser a primeira nação da história a basear a seleção do sítio da Nova Capital em fatores econômicos, científicos, climáticos e geográficos*”.

Ainda segundo o Relatório Belcher, o Sítio Castanho não era maravilhoso apenas por sua topografia estufada e em suave declive, mas também destacava sua riqueza em recursos hídricos. O sítio era demarcado por dois córregos, o Bananal e o Riacho Fundo, com a afluência do Vicente Pires, do Torto, do Guará e dos demais fios de água que descem em direção a uma garganta borbulhante, a Cachoeira do Rio Paranoá:

O sítio escolhido, por sua vez, está situado num extenso chapadão, circundado a nordeste pelos vales dos rios Torto e do córrego Bananal, e a sudeste, pelo Ribeirão do Gama e Riacho Fundo, inclui ao centro, em altitude mais elevada, uma área de bela configuração topográfica, com cerca de 1.000 quilômetros quadrados.

O terreno é de suave declividade, e não só o serviço de abastecimento como o de esgoto, pelo escoamento, por gravidade, das águas pluviais e residuais, jogadas nos mananciais acima citados, que vão desaguar a leste, no Paranoá, o qual a pouca distância, deságua no rio São Bartolomeu, afluente do rio Corumbá, pertencentes a bacia do Prata.
(BELCHER; DONALD J.; ASSOCIATES, 1956. p. VI).

A Comissão aprovou o Sítio Castanho, e imediatamente iniciou os trabalhos de demarcação da área definida de 5.850 km². A área escolhida ficava entre os rios Preto e Rio Descoberto, e seriam futuramente desapropriadas para a construção de Brasília. A técnica utilizada para demarcação a usualmente usada nas demarcações de territórios américas, que era a do quadrilátero. Aliada a essa técnica, foi usada a técnica hidrográfica, por isso a demarcação entre os dois rios, que permitiria uma definição mais precisa da área a ser desapropriada (SILVA, 1970, p. 80).

2. A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: CINQUENTA ANOS EM CINCO

2.1 - 1955 a 1960: A EPOPEIA MONUMENTAL

2.1.1 - 1955: A Campanha Política e a Meta Síntese

Em seu livro “A Mudança da Capital” o historiador Adirson Vasconcelos, que viveu de perto toda a epopeia da construção de Brasília, relata que tudo começou, quando em 1955, Juscelino Kubitschek (1902-1976), candidato à presidência em um “diálogo democrático” na cidade de Jataí, Goiás, o candidato apresenta um discurso desenvolvimentista, cujo lema era "cinquenta anos em cinco" e um audacioso "Programa de Metas" (VASCONCELOS, 1978, P.349).

Segundo Vasconcelos (1978, p. 350), nesse comício um popular o aborda e indaga sobre se fosse eleito, cumpriria a Constituição Federal e mudaria a Capital do País para o interior. Juscelino responde que sendo a mudança da capital um “preceito constitucional” ele cumpriria, com a ajuda do povo.

É importante ressaltar que Juscelino Kubitschek, durante sua campanha, apresentou um Plano de Metas ambicioso, com o intuito de promover o desenvolvimento do país em diversas áreas (FIG.19). Ao ser eleito em 1955, JK acrescentou à sua lista de objetivos a construção da nova capital federal, Brasília, como a 31^a meta, e ficou conhecida como “Meta Síntese”, que reuniria todas as outras metas para ser implementada. Esse projeto grandioso foi visto como uma das principais realizações do governo JK, pois trouxe uma nova perspectiva para o desenvolvimento do país, ao criar uma cidade moderna e planejada no centro do Brasil (VASCONCELOS, 1978, P.350).

2.1.2 - 1956 - 1960: Cinquenta Anos de Progresso em Cinco Anos de Governo

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente do Brasil em 31 de janeiro de 1956, e logo após a sua posse (FIG.20), um de seus principais legados foi a implementação do Plano de Metas, que visava o desenvolvimento econômico e social do país. Sendo assim, cinco dias após sua posse, Juscelino chama ao Palácio do Catete o Marechal José Pessoa e pede que lhe relate os estudos já

realizados pela Comissão de Localização da Nova Capital (VASCONCELOS, 1978, p. 352).

Silva (1997) chama a atenção que no dia 18 de abril de 1956, o Presidente eleito assina a mensagem encaminhada ao Congresso, acompanhada do projeto de lei propondo a Mudança da Capital para o Planalto Central. O presidente expõe em certo trecho da mensagem:

Entende o Governo que a mudança da Capital, nos termos que estabeleceu a Constituição Federal, deve ser levada a efeito progressivamente, num quadro de extrema prudência e bom-senso [...]. O projeto que hora apresento contempla especialmente este desiderato, procurando, através da Companhia Urbanizadora, estabelecer condições eficientes de operação para início e realização gradativa de projeto de tanta significação e relevância. (SILVA, 1997, p. 112).

De acordo com Vasconcelos (1978), em 19 de setembro de 1956, o Congresso aprova a Lei nº 2.874, o “desejo de gerações e gerações”. Apesar das dificuldades e oposições enfrentadas, Silva (1997) ainda destaca que além de fixar a área definitiva para a construção e autorizar a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital Federal – NOVACAP, a lei aprovada trazia também a construção de um sistema de transportes e comunicações para a nova cidade (VASCONCELOS, 1978; SILVA, 1997).

Assim, Juscelino Kubitschek, com sua ideologia desenvolvimentista, iniciava o que havia prometido em campanha, “cinquenta anos de progresso em cinco anos” do seu governo. De acordo com Vidal (2009), o presidente propôs uma modificação do modelo de desenvolvimento econômico. Ele implementou uma política de um país moderno onde o desenvolvimentismo retrataria esse novo projeto do Brasil e a construção de Brasília seria o símbolo dessa nova política e de um novo período democrático (VIDAL, 2009, p. 185).

Como destaca Cardoso (1977, p. 209), a ideologia no pensamento juscelinista propõe que *“todos os esforços convergem para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social”*. Em países atrasados como o Brasil, o desenvolvimento no campo econômico é considerado indispensável. Para isso, tal mudança deve acontecer dentro da ordem e da legalidade. Juscelino fez isso

ao propor leis que validariam seu projeto e trariam para o debate o cumprimento da Constituição. (CARDOSO, 1977).

Houve um esforço do governo e de parte da população brasileira para realizar uma obra grandiosa e emblemática. De acordo com Vidal (2009, p. 199), o processo de construção tem como primeira medida a demarcação do “Plano Piloto” de Brasília, que foi realizada em um clima de grande expectativa e entusiasmo, simbolizando o início concreto da construção da nova capital. Consistia em um “planejamento integral da cidade”, prevendo todas ‘as facetas da vida urbana’ com uso “diversificado do solo” (VIDAL, 2009).

A preparação do terreno transformou o até então quase desabitado Planalto Central em um imenso canteiro de obras. Segundo Silva (1997), homens – cerca de 3.000 operários - e máquinas modificaram a topografia em constante trabalho que exigiu a criação de um aeroporto comercial, casas coletivas, remoção de grandes quantidades de terra e pedras, construção de aterros, a abertura de vias entre outras ações necessárias para a implantação da Nova Capital (SILVA, 1997, p. 148).

2.1.3 - O Concurso do Plano Piloto

Para elaborar o projeto do Plano Piloto, bem como os edifícios públicos de Brasília, Kubitschek convidou o renomado arquiteto Oscar Niemeyer, que já havia trabalhado com ele no projeto da Pampulha, quando era governador de Minas Gerais. Niemeyer aceitou fazer os projetos dos prédios monumentais, porém, sugeriu a realização de um concurso para o projeto do Plano Piloto (VIDAL, 2009, p.200).

Segundo Silva (1997), de forma simples e brilhante, “comum às grandes ideias”, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, venceu e começou a elaborar o plano diretor de Brasília expondo o “traçado básico da cidade” (FIG.21), a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização, a interligação dos diversos setores, centros, instalações, serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicações”, juntamente com um “relatório justificativo”, o que foi exigido no concurso. (SILVA, 1997, p. 155).

A construção de uma cidade moderna, na visão de Lúcio Costa, é uma oportunidade de transformação social que possibilita o desenvolvimento da

sociedade. Sendo assim, a construção das vias urbanas, ruas, praças, prédios públicos e residências foram etapas que envolveram arquitetos e engenheiros renomados que projetaram edifícios com uma arquitetura moderna e arrojada, buscando transmitir a imagem de uma cidade futurista e avançada, conforme Lúcio Costa idealizou. Brasília deveria ser um modelo de cidade do futuro, integrando modernidade, beleza e funcionalidade de forma harmônica (VIDAL, 2009).

2.1.4 - Candangos: Homem “faber”

Todo esse processo exigiu um grande número de trabalhadores, que vieram de diversas partes do país para as obras da nova capital (FIG.22). A ideologia desenvolvimentista de Juscelino, faz com que os trabalhadores suportem longas jornadas de trabalho. Como Cardoso (1997) traz a atenção, com a “promessa de ascensão” fica “mais fácil mobilizar grandes massas”. Onde a colaboração de todos traz o êxito do trabalho a ser concluído, pois todos serão recompensados.

Os trabalhadores que chegavam ao Planalto Central para a construção da nova Capital Federal eram conhecidos como Candangos, nome dado no canteiro de obras (TAMANINI, 1994). Estima-se que, ao longo dos anos de construção, mais de 60 mil trabalhadores tenham passado por Brasília, vindo principalmente de Goiás, Minas Gerais e Bahia (FIG.23) (SILVA, 1997).

De acordo com Tamanini (1994, p.153), na construção de Brasília houve dois tipos de homem: “o pensador” e “o executor”; o “*sapiens*” e o “*faber*”, muitas vezes um mesmo indivíduo possui os dois “tipos” de atributos. Os Candangos, que ergueram a cidade eram os “*faber*”, o operário braçal, anônimo, o herói que desempenhou seu trabalho, mesmo mediante as condições adversas de moradia, horas exaustivas de trabalho sob sol e chuva e colocando em risco muitas vezes a própria vida. A determinação dos candangos em prol de uma oportunidade de vida melhor para si e sua família, ergueram Brasília.

A palavra candango marcava um conceito, uma ideologia da igualdade, uma grande família, que incluiu todos os operários, mestres, engenheiros, dirigentes, empreiteiros ou qualquer um que estivesse envolvido na construção da Nova Capital. No entanto, nem sempre foi assim, no início a conotação era

depreciativa, ao se referir aos trabalhadores mais humildes, que chegavam com suas roupas surradas para consolidarem um sonho (TAMANINI, 1994, p. 155).

2.1.5 - Cidade Livre

Os operários que chegavam com suas famílias, moravam na Cidade Livre, que depois recebeu o nome de Núcleo Bandeirantes (FIG.24), e os solteiros viviam em alojamentos das construtoras. Quando Brasília começou a ser construída, era uma preocupação o surgimento de favelas, por isso nasceram as “cidades-satélites”, que seriam inicialmente “cidades dormitórios”, e depois de construído o novo Distrito Federal, seriam suporte econômico da nova capital com economia própria e estável. (TAMANINI, 1994, p. 221).

Naquela época, todos pensavam que os candangos iriam embora depois da inauguração da capital. Entretanto, os moradores da Cidade Livre, através de lideranças disseram que não sairiam e solicitaram falar com o presidente. Juscelino então pede que Israel Pinheiro, então presidente da NOVACAP que elabore uma planta da cidade-satélite, a fim de acomodar os moradores em lotes próprios e com apoio de infraestrutura completa a ser instalada pela NOVACAP (TAMANINI, 1994, p. 223).

Segundo Vasconcelos (1978), ao se referir aos candangos, no seu discurso de inauguração de Brasília e ao receber a chave da cidade, Juscelino proferiu:

Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto a todos os Brasileiros. A irmanação de quantos aqui trabalharam lembra a construção da Idade Média, quando artistas anônimos, mestres, aprendizes se animavam pela fé em Deus, em cuja honra se levantaram esses poemas arquitetônicos. Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender como será amanhã, porque a fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, os candangos, a que orgulho de pertencer. (VASCONCELOS, 1978, p. 356).

2.1.6 - Os Pensadores: homem “sapiens”

A construção dos edifícios monumentais em Brasília contou com a participação de uma equipe de profissionais, dentre os quais se destacam Oscar Niemeyer, responsável pela liderança do grupo, Lúcio Costa, responsável pelo projeto urbanístico, Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, Bernardo Sayão, engenheiro agrônomo, diretor da NOVACAP, Athos Bulcão , responsável pela inserção de elementos geométricos abstratos nas obras arquitetônicas, Marianne Peretti, responsável pela concepção dos vitrais dos trópicos e Joaquim Cardozo, engenheiro calculista (COUTO, 2002).

O plano de metas foi concebido em conjunto com especialistas e contemplava a fragmentação da obra em fases distintas, cada uma com prazos rigorosamente definidos. Cada meta estabelecida no plano deveria ser alcançada em um prazo determinado, com penalidades para as empresas contratadas em caso de atrasos. O propósito era assegurar que a construção de Brasília fosse concluída no prazo estipulado, ou que fosse efetivamente alcançada. Sendo assim, cada profissional envolvido, tanto na equipe que projetou quanto na equipe que executou, se empenharam ao máximo para assegurar que o sonho da Nova Capital se tornasse realidade, um esforço conjunto em prol de um objetivo comum (TAMANINI, 1994).

Oscar Niemeyer, participou desde antes do início da concepção de Brasília. Durante a construção de Brasília, exerceu o cargo de diretor arquitetônico da NOVACAP, empresa responsável pela execução do ambicioso projeto. Niemeyer iniciou os projetos ainda no Rio de Janeiro e depois, a partir de 1958, muda de mala e cuia para o cerrado bruto (FIG.25) (COUTO, 2002, p.128).

Com a liderança de Niemeyer a arquitetura de Brasília se fez mais livre e rigorosa, pois se tratava de projeto de uma Capital e tinha o objetivo de refletir uma visão utópica de modernidade e igualdade, com edifícios arrojados e amplos espaços públicos. Dentre as obras famosas destacam-se o Congresso Nacional, a Catedral de Brasília, o Palácio do Planalto e o Museu Nacional Honestino Guimarães (FIG.26). Com seu estilo inovador e arrojado, Niemeyer, com suas linhas curvas e fluidas desafiam a rigidez da arquitetura tradicional (NIEMAYER, 1978, p.42).

Lúcio Costa, arquiteto e urbanista, elaborou o plano diretor desenvolvendo o projeto urbanístico de Brasília e trabalhou em conjunto com seu amigo de longa data, Oscar Niemayer (FIG.27). Como Costa (1995) descreveu em sua obra, “Lúcio Costa: o registro de uma vivência”, ele “não pretendia competir”, mas sim se “desvencilhava de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu”. Lúcio buscava um plano urbanístico moderno e igualitário, que refletia os ideais defendidos pelo Estado, desenvolvimento planejado da cidade. Uma das principais características do plano urbanístico de Costa era sua abordagem em quatro escalas diferentes: a escala monumental, que abrangia os espaços públicos e os edifícios de grande porte; a escala residencial, que contemplava as áreas residenciais com superquadras; a escala gregária, que se referia às áreas coletivas, como escolas e hospitais; e a escala bucólica, que englobava as áreas verdes e naturais (FIG.28) (COSTA, 1995, p.121).

A concepção urbanística da cidade seria dividida em dois eixos: o eixo monumental, de leste a oeste, onde as construções seriam de prédios não destinados a residências; e o eixo rodoviário, de norte a sul, que abrigariam os prédios residenciais (FIG.29-FIG.32). O encontro desses dois eixos seria o local reservado para a área gregária e todo o entorno da cidade seria envolto por áreas verdes que traria ares bucólicos a nova Capital (COSTA, 1995, p.123).

Bernardo Sayão, engenheiro agrônomo, foi nomeado por Juscelino em 1956, diretor da NOVACAP. Sayão teve uma importante atuação na abertura dos espaços em Brasília e foi incumbido por Juscelino de abrir, na selva, a estrada Belém - Brasília. Sayão era carismático, amigo dos operários, homem forte da execução dos projetos, e trabalhava junto aos trabalhadores no desbravamento do território para a construção da nova capital (FIG.33) (TAMANINI, 1994, p.285).

De acordo com Couto (2002), Juscelino se entusiasma pelo projeto ao descrevê-lo para Sayão. Eram “dois bandeirantes” cada um a seu modo e apaixonados por grandes desafios. A empreitada de tal envergadura era uma tarefa arriscada, penosa, sofrida e desconfortável. Um projeto de tal envergadura, entretanto, não seria possível com uma única frente. Assim, dedicou-se ao comando do esforço ao Sul, partindo de Brasília, enquanto de Belém descia a equipe do Norte (COUTO, 2002, p.150).

Num episódio fatídico, enquanto Bernardo Sayão discutia detalhes com colegas dentro da barraca que o alojava, um galho das grimpas se desprende

exatamente sobre o seu alojamento, uma fatalidade. Sayão não se rende nem se descontrola, porém não resiste aos ferimentos e morre a bordo do helicóptero que veio a seu resgate. Bernardo Sayão foi a primeira pessoa a ser enterrada no cemitério construído no Campo da Esperança, que ele mesmo havia demarcado (COUTO, 2002, p.157).

Juscelino parte do Rio de Janeiro, assim que sabe do ocorrido e chora a morte do querido amigo. A beira do túmulo, o presidente faz discurso comovente. Parte muito mais que um amigo, e que “o Brasil estava de luto pois perdera um líder carismático, símbolo de força, aventura, coragem, trabalho e determinação (COUTO, 2002, p.160).

Athos Bulcão, outro nome importante que contribuiu significativamente para a estética da nova capital. O artista colaborou para forjar a identidade estética da cidade através da criação de elementos geométricos abstratos, marcados por um estilo singular, com formas geminadas simples, cores vibrantes e uma forte relação entre arte e arquitetura, presentes em várias obras arquitetônicas da cidade (IPHAN, 2018).

Através de seus painéis de azulejos espalhados por edifícios públicos e privados, contribuiu de sobremaneira para a arquitetura de Brasília. Sua arte se integravam as obras de Costa e Niemayer e estão presentes em diversos edifícios icônicos da cidade, como o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional, o Palácio da Justiça e a Catedral de Brasília, entre outros (FIG.34-FIG.35) (IPHAN, 2018).

Bulcão conseguiu “uma fusão indissociável de meios de linguagem estética distinta”. No contexto arquitetônico, fica difícil imaginar a arquitetura sem a identidade visual que o artista incorporou no conjunto de obras da Nova Capital. De forma brilhante, integrou harmoniosamente suas obras com a arquitetura modernista da cidade, complementando os edifícios com sua arte abstrata e receptiva, que proporciona uma experiência visual única aos observadores. Seus painéis de azulejos são considerados verdadeiras obras de arte pública, enriquecendo o patrimônio cultural da cidade e sendo reconhecidos internacionalmente (IPHAN, 2018).

Joaquim Cardozo, outro nome importante nessa epopeia, por sua vez, atuou como engenheiro calculista e teve papel fundamental na escolha dos materiais utilizados na construção dos edifícios da cidade. Devido à escassez de

recursos materiais na época, Cardozo optou pelo uso do concreto armado com pedra de brita de rio, que era um material mais acessível e permitiu a realização das obras dentro do prazo estipulado (COUTO, 2002, p.132).

Cardozo foi convidado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa para participar do projeto de Brasília (FIG.36). Ele foi responsável pelo projeto do Palácio do Itamaraty, um dos principais edifícios públicos de Brasília, que abriga o Ministério das Relações Exteriores. O Palácio do Itamaraty é conhecido por sua arquitetura única, com uma fachada marcada por brises em formato de cobogós, que proporcionou uma bela característica e interação de luz e sombras (TAMANINI, 1994).

De acordo com Couto (2002), Niemeyer considerava Cardozo como o homem mais culto que conheceu, pois além de ser “o homem que calculava” era ainda poeta. A contribuição de Joaquim Cardozo para a construção de Brasília é amplamente reconhecida por projetos estruturais que permitiram a construção dos mais importantes monumentos de Brasília, colocando de pé as obras pensadas por Niemayer (COUTO, 2002, p.132).

Roberto Burle Marx, o destacado paisagista e artista brasileiro que teve uma contribuição significativa na construção de Brasília, a capital modernista do Brasil. Amigo de longa data de Costa e Niemeyer, desenvolveu mais de vinte projetos específicos, entre eles o de diversos espaços públicos e edifícios emblemáticos na cidade, deixando uma marca indelével em seu design (COUTO, 2002, p. 125).

Burle Marx trabalhou em estreita colaboração com Niemeyer e Lúcio Costa e seu trabalho teve papel marcante na identidade visual de Brasília (FIG. 37). Com o objetivo de criar paisagens que complementavam a arquitetura modernista, trazendo vida, cor e beleza aos espaços públicos, com a visão de incorporar a natureza na cidade, além de fornecer áreas verdes e de lazer para a população (COUTO, 2002, p. 126).

Segundo Couto (2002), a preocupação paisagística é marca da cidade e Burle Marx demonstrou isso em suas obras. Seu trabalho pode ser admirado no Parque da Cidade, Eixo Monumental, Jardim Zoobotânico, Palácio Jaburu, Congresso Nacional, Palácio do Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores e muitos outros. Nos seus projetos, Burle Marx priorizava e valorizava a flora brasileira, de tal forma a escolher espécies do bioma predominante da região,

criando assim, em seus jardins, obras com cores vivas das plantas nativas, além de ter um papel importante na preservação do ecossistema local (COUTO, 2002, p. 126).

Israel Pinheiro, engenheiro civil e político desempenhou um papel fundamental na construção da Capital Federal. Pinheiro foi nomeado por Juscelino Kubitschek como presidente da Novacap, empresa responsável por construir a cidade de Brasília e coordenou os trabalhos para erguer uma cidade instantânea do zero (FIG.38). Ele trabalhou incansavelmente para garantir o sucesso do projeto, liderou uma equipe responsável pela infraestrutura urbana da cidade, incluindo a construção de estradas, pontes, redes de água e esgoto, além dos sistemas de eletricidade e telecomunicações (TAMANINI, 1994).

Doutor Israel Pinheiro, como era chamado, participou da Comissão Julgadora do Concurso Público para o Plano Piloto e coordenou os esforços de engenheiros, arquitetos e trabalhadores na construção da cidade e enfrentou muitos desafios durante o processo, incluindo a falta de infraestrutura e recursos na região, além das críticas daqueles que se opunham à mudança da capital. Foi o primeiro prefeito do Distrito Federal, cargo equivalente a governador, e atuou como líder do governo na implementação do projeto de construção da cidade (SILVA, 1997).

Um dos principais desafios enfrentados por Pinheiro foi a coordenação das atividades de construção em uma área de educação básica e desabitada, conhecida como "Planalto Central". Ele trabalhou em estreita colaboração com o arquiteto Oscar Niemeyer, o urbanista Lúcio Costa e outros tão importantes profissionais envolvidos no projeto (FIG.39) (SILVA, 1997).

Pinheiro também desempenhou um papel árduo na busca por recursos financeiros para a construção de Brasília, liderando esforços para angariar investimentos, empréstimos internacionais e apoio político para o projeto. Além disso, a frente da NOVACAP, trabalhou na atração de empresas e investidores para a região, visando o desenvolvimento econômico da nova capital (TAMANINI, 1994).

Apesar dos incontáveis desafios, com sua visão e liderança, Israel Pinheiro conseguiu superar esses obstáculos e foi fundamental para o sucesso do projeto, garantindo que a cidade pudesse ser construída dentro do prazo e com a infraestrutura necessária para o seu funcionamento. Sua motivação foi

essencial para realização da visão de Juscelino Kubitschek de criar uma capital moderna, planejada e funcional para o Brasil em uma realidade concreta e duradoura (TAMANINI, 1994).

Após a inauguração de Brasília, Pinheiro continuou a trabalhar na administração da cidade como prefeito do Distrito Federal, sendo responsável por políticas públicas, planejamento urbano, infraestrutura e serviços à população. Ele também foi um defensor do desenvolvimento socioeconômico da região central do Brasil, buscando atrair, investimentos e oportunidades de emprego para a nova capital (SILVA, 1997).

A artista plástica ítalo-brasileira Marianne Peretti, filha de mãe francesa e pai pernambucano, foi responsável pela criação dos vitrais presentes em alguns edifícios da cidade. Única mulher a integrar a equipe, conheceu Oscar Niemeyer em 1971, com quem viria a colaborar pelo resto da vida (AMARAL, 2015).

Peretti assina, entre outros, os vitrais presentes em diversos edifícios públicos icônicos da cidade, como da Catedral Metropolitana, do Panteão da Pátria e uma série de painéis para os salões do Congresso Nacional, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Memorial JK, o Palácio do Jaburu, a Capela Nossa Senhora de Fátima e a Capela Dom Bosco e Palácio da Alvorada (COELHO, 2019).

A técnica da artista e o uso de cores vivas foram essenciais para a criação dos "trópicos iluminados", que representam a luz do sol e as cores tropicais presentes na paisagem de Brasília (FIG. 40). Os vitrais de Peretti foram projetados para serem integrados nas fachadas dos edifícios, adicionando uma dimensão artística e uma fachada aos espaços arquitetônicos (AMARAL, 2015).

Os vitrais de Marianne Peretti foram considerados uma inovação na época, adicionando uma dimensão artística e estética à arquitetura moderna de Brasília. Eles contribuíram para a criação de uma identidade visual única para a cidade, destacando-se como elementos icônicos do patrimônio cultural e projeto brasileiro. Peretti deixou um legado importante na construção de Brasília, trabalhando ao lado de grandes nomes da época (FIG. 41) e sendo reconhecida como uma das pioneiras na integração da arte e arquitetura na cidade, e sua obra continua a ser admirada e apreciada até os dias de hoje. O trabalho de Peretti foi muito elogiado por todos os artistas com quem trabalhou (AMARAL,

2015). Niemeyer teceu elogios ao trabalho da colega sobre sua obra para a Catedral de Brasília:

Marianne Peretti é uma artista de excepcional talento. Os vitrais maravilhosos que criou para a Catedral de Brasília são comparáveis, pelo seu valor e esforço físico, às monumentais obras da Renascença. Sua preocupação invariável é inventar coisas novas, influir com seu trabalho no campo das artes plásticas. (AMARAL, 2015).

A construção de Brasília, um empreendimento complexo, muito à frente do seu tempo, envolveu a colaboração de profissionais de diversas áreas, deixando um legado significativo na história e cultura do Brasil. Segundo Lúcio Costa (1995), a cerimônia de inauguração foi um momento icônico, transmitida pela televisão para todo o país, e atraiu milhares de pessoas para a cidade (FIG. 42-FIG.43). Para Costa, esse evento representou um marco histórico, simbolizando a capacidade do Brasil em realizar grandes projetos e avançar rumo ao desenvolvimento econômico e social (COSTA, 1995).

O objetivo de JK foi materializado com a construção de Brasília. A meta de 50 anos em cinco foi alcançada com a construção de uma Capital Federal nascida do zero. Não foi somente um esforço dos governantes, mas também da massa de trabalhadores que fizeram da construção da Capital um sonho e expectativa de vidas melhores, por isso sua inauguração foi tão celebrada, tinha um pouco de cada um dos trabalhadores em cada concreto erguido (SILVA, 1997).

Portanto, a construção de Brasília ressalta o papel dos artistas na integração da arte à cidade, tornando-a uma referência cultural e artística. Em resumo, a participação de diversos profissionais de diferentes áreas, ocorreu em uma obra única e de grande importância histórica e cultural para o Brasil. Esse esforço conjunto, de profissionais e políticos para um objetivo comum foram responsáveis para o sucesso de tal meta em um período de tempo tão curto. Por esse motivo, a construção de Brasília é um fato histórico e único de grande importância para o Brasil (TAMANINI, 1994).

Segundo Vasconcelos (1978), a construção de Brasília foi um marco na história do Brasil, representando a capacidade do país em realizar grandes

projetos e sua aspiração por uma nova era de desenvolvimento e modernidade. A cidade foi inaugurada em 21 de abril de 1960, e se tornou um símbolo do progresso e da modernização do Brasil na época, além de ser considerada uma das mais importantes obras da arquitetura moderna mundial (FIG.45-FIG.46).

Portanto, por toda essa importância e por ser marco arquitetônico, urbanístico, cultura, histórico e artístico, Brasília foi o primeiro conjunto urbano do século XX a ser reconhecida pela Unesco, em 7 de dezembro de 1987, como Patrimônio Mundial pela UNESCO. É importante ressaltar que é detentora da maior área tombada do mundo, 112,25 km² e possui importância como centro político e administrativo do Brasil. Além disso, foi tombada também, em 14 de março de 1990, pelo IPNHN. Por todos esses motivos Brasília tornou-se um marco na história do país, simbolizando o modernismo e o progresso na época (VASCONCELOS, 1978).

3. AS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PROPULSORES DO CRESCIMENTO NACIONAL

3.1 EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS DE: CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE DESENVOLVIMENTO

A abordagem dos temas "Crescimento Econômico" e "Desenvolvimento Econômico" têm tido grande destaque tanto no âmbito acadêmico quanto fora dele. No entanto, a compreensão precisa dos significados distintos de cada um deles é fundamental e importante para aprofundar-se na pesquisa.

Além disso, a quantificação de tal crescimento é geralmente feitam por meio da análise anual da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) ou do Produto Nacional Bruto (PNB). Outrossim, pode-se medir esse fenômeno através da análise da expansão da força de trabalho, do volume da receita nacional poupada e investida, além do grau de progresso tecnológico alcançado.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico se caracteriza pelo crescimento econômico somado à melhoria do padrão de vida da população, além de envolver os transformadores representados na esfera econômica e social, que viabilizam uma distribuição mais equitativa das riquezas produzidas.

A presença de meios materiais e financeiros concede ao indivíduo um maior domínio sobre o ambiente circundante, facultando-lhe uma maior amplitude na tomada de decisões. De acordo com Lewis (1960):

Não podemos conceituar o desenvolvimento econômico somente a partir da riqueza ou da maior disponibilidade de bens e serviços. Se o desenvolvimento é a busca por atendimento das necessidades humanas, se o homem feliz é aquele que tem suas necessidades atendidas, então podemos concluir que a riqueza aumenta a felicidade (LEWIS, 1960, p. 540).

Segundo Sachs (2000), a associação do termo "desenvolvimento" tem relação com palavras como crescimento, evolução e maturação. Essa palavra sempre implica a noção de "mudança positiva, de um estágio simples para outro complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor". A discrepância entre desenvolvimento e subdesenvolvimento coloca cerca de dois terços da população global na busca por uma meta aspirada, uma vez que evidencia o que eles não alcançaram, gerando uma sensação de posição indesejada e de falta de merecimento (SACHS, 2000).

3.2 A INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL COMO BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL DO PAÍS

A busca pela interiorização como estratégia para o desenvolvimento do país tem sido um tema recorrente nas discussões sobre planejamento e crescimento econômico ao longo de séculos, como já abordado nesta pesquisa. A ideia de descentralizar o poder e com isso o desenvolvimento somente em áreas urbanas nas regiões litorâneas, interiorizar esse desenvolvimento em direção às regiões centrais, visa não apenas reduzir as disparidades socioeconômicas, mas também promover um uso mais equilibrado dos recursos naturais. Como mencionava Varnhagen (1849) século XIX, uma capital no centro do país poderia atender com igualdade as necessidades que surgissem em diferentes raios de ação (VARNHAGEN, 1849, p.11).

Essa abordagem busca superar os desafios da desigualdade regional e criar um ambiente propício para o crescimento econômico sustentável. Nesse

contexto, autores como Celso Furtado (1959) e Ignacy Sachs (1986) têm ressaltado a importância da interiorização como um caminho viável para estimular a diversificação econômica e promover um desenvolvimento mais equitativo.

Celso Furtado (1959), economista brasileiro, abordou a interiorização como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento nacional. Em suas obras, como "Formação Econômica do Brasil", ele enfatizou que a interiorização da atividade econômica poderia atenuar as desigualdades regionais, reduzir a pressão sobre os grandes centros urbanos e aproveitar os recursos naturais disponíveis em diferentes regiões do país. Furtado argumentou que essa estratégia requer investimentos em infraestrutura, educação e capacitação, bem como políticas públicas adequadas para impulsionar o crescimento local (FURTADO, 1959).

Segundo Ignacy Sachs (1986), economista e pesquisador franco-polonês, defender o "desenvolvimento territorial" era uma alternativa ao desenvolvimento tradicional centrado nas cidades. Em sua obra, "Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir", Sachs enfatizou a necessidade de integrar os aspectos sociais, econômicos e ambientais no planejamento territorial. Assim, argumentou que a interiorização do desenvolvimento pode contribuir para a preservação dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre os centros urbanos e fortalecer as economias regionais, promovendo uma maior resiliência socioeconômica.

3.3 - DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL DO PAÍS ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico no Brasil são modelos de áreas metropolitanas da organização territorial que reúnem municípios limítrofes, que fazem parte de mais de uma unidade da federação e que possuem assimilação em suas dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas, além de complementaridade funcional para serem agrupados (MIDR, 2019,a). Segundo Cavalcante (2020), a criação das RIDEs tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico de forma

globalizada e sustentável, por meio da coordenação de ações e políticas públicas entre os municípios envolvidos.

No contexto atual, o território brasileiro abriga formalmente três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs), com diversas iniciativas para a criação de novas áreas ou a ampliação das já existentes, sendo estas: a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF), a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE Teresina) e a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) (RIDE Petrolina-Juazeiro) (CAVALCANTE, 2020).

O processo conhecido como conurbação, caracterizado pela fusão das áreas urbanas de dois ou mais municípios, muitas vezes culmina na formação de um único centro urbano, e propiciam a convergência das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas dos municípios envolvidos (CAVALCANTE, 2020). Esse processo potencializa a eficiência na prestação de serviços públicos fundamentais nos setores da saúde, transporte coletivo, abastecimento de água, tratamento de esgoto, sistema de drenagem e manejo de resíduos sólidos.

De acordo com Sampaio *et al* (2013), através das RIDEs é possível realizar o planejamento conjunto de serviços públicos de interesse comum aos Entes Federativos. Desta forma, torna-se viável a exequibilidade técnica, financeira e a realização de políticas públicas e projetos que promovam o desenvolvimento regional, em especial os voltados para infraestrutura e a geração de empregos.

Segundo Cavalcante (2000), é importante “fortalecer as potencialidades locais, integrar as funções urbanas”, superar as limitações e promover uma gestão territorial mais eficiente e eficaz com gestão federal, além dos investimentos municipais.

Além disso, Furtado (1959) ressalta a previsão da expansão das atividades econômicas pelo interior do país como uma abordagem possível para mitigar as disparidades regionais, amortecer o impacto nos principais centros urbanos e efetivar a exploração dos recursos naturais de diversas regiões do território.

Como exemplo de políticas públicas que visam integração com a finalidade de melhorias, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL),

aprovou, por meio da Resolução 560/2011, no Art. 4º, regulamento sobre municípios pertencentes à RIDE.

Nesta Resolução foram ampliados os critérios de definição de áreas locais, que passaram a abranger o conjunto de municípios pertencentes a uma RIDE, ou seja, tais municípios passariam a ter o mesmo DDD com o propósito de viabilizar a comunicação e reduzir custos, possibilitando a realização de chamadas telefônicas a custo de ligação local entre todos os municípios envolvidos (ANATEL, 2015).

Conforme apontado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2017), surge a demanda por uma reestruturação no pacto federativo. Esse pacto preconizaria a harmonização entre as capacidades financeiras e as demandas sociais e econômicas locais, por meio da implementação de políticas públicas cooperativas voltadas para o fornecimento de bens e serviços públicos. Um dos objetivos centrais desse redirecionamento seria a mitigação das desigualdades sociais e regionais específicas ao contexto nacional.

3.4 - ASPECTOS LEGAIS PARA A CRIAÇÃO DAS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao longo da história, na formulação das Constituições Federais, os aspectos legais para criação das RIDEs no Brasil, não foram citadas explicitamente. No entanto, a Constituição Federal de 1937, em seu Art. 29, no capítulo que trata da Organização Nacional traz o seguinte texto:

Art. 29. Os municípios da mesma região podem agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns. O agrupamento, assim constituído, será dotado de personalidade jurídica limitada a seus fins.

Parágrafo único. Caberá aos Estados regular as condições em que tais agrupamentos poderão constituir-se, bem como a forma de sua administração (PORTO, 2012).

A Constituição de 1946, não trouxe em seu texto qualquer referência a agrupamentos de municípios. Entretanto, a Constituição de 1967, trouxe explicitamente em sua redação, no Art. 157 § 10, referência às Regiões

Metropolitanas, mudando neste caso quem instituiria tais agrupamentos, antes feita pelos Estados e a partir de 1967, passando a ser feita pela União, conforme exposto a seguir:

§ 10 - A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum (BRASIL, 1969).

Apesar de não haver nenhuma menção explícita às Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, o texto faz referência a “Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa”, podendo ser então de administrações diferentes, tendo como similaridade questões socioeconômicas e serviços de interesse comum, como pressuposto a sua formação (BRASIL, 1969).

Similarmente, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, Art. 25, § 3º, trouxe em sua redação a menção de Região Metropolitana:

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 2016).

É importante ressaltar que, na Constituição de 1967, tais aglomerações deveriam ser instituídas pela União, no entanto, a Constituição de 1988, muda novamente tal gestão para os Estados, mantendo somente que deveriam ser instituídas por meio de lei complementar (BRASIL, 1969; BRASIL, 2016).

De acordo com o Estatuto da Metrópole (EM), instituído pela Lei 13.089/2015, no seu Art. 2, incisos I e VII, traz a definição de Aglomeração Urbana (AU) e Região Metropolitana (RM):

Art. 2. Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada

por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas [...]

VII – região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole (BRASIL, 2015).

Segundo Marrara (2021), como requisito jurídico para configuração de uma AU, esta deve possuir; (i) “*pluralidade subjetiva*” com no mínimo dois Municípios, e não um Estado com um Município; (ii) “*continuidade territorial*” com territórios fronteiriços, não necessitando que todos façam fronteiras entre si, mas sim que estejam conectados de forma contínua; (iii) “*complementaridade funcional*” onde os Municípios pertencentes tenham políticas públicas dependentes entre eles; (iv) “*integração de políticas públicas*”, que é uma consequência dessa complementaridade, integrando suas políticas públicas urbanas entre si.

Nesse sentido, é essencial que as Regiões Metropolitanas reúnam as quatro características previamente estabelecidas por Marrara (2021), acrescidas da necessidade de adotar a configuração de uma metrópole. Em outras palavras, a Região Metropolitana se manifesta como uma forma de aglomeração mais complexa, impactante e dinâmica em relação às concentrações urbanas convencionais.

Em suma, as RMs têm previsão na Constituição Federal, com menção explícita e organização elaborada pelos estados (CAVALCANTE, 2020). Entretanto, as RIDEs não possuem previsão explícita na Constituição, porém o Art. 21, inciso IX, traz em seu texto que “*compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social*” (BRASIL, 1988).

Ainda nesse contexto, a Constituição de 1988 menciona em seu Art. 43 que:

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º: Lei complementar disporá sobre: I–as condições para integração de regiões em desenvolvimento (BRASIL, 1988).

Portanto, segundo Cavalcante (2020), a menção tem um caráter mais amplo, não havendo uma definição explícita da formação das RIDEs na Constituição. Devido a isso, foram criadas, como previsto, Lei Complementar, com o intuito de regularizar as RIDEs no que diz respeito aos aspectos legais. As LCs que instituíram as três RIDEs no Brasil foram:

- 1) Lei Complementar 94/1998; que autoriza o Poder Executivo a criar a RIDE-DF e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do DF, juntamente com a Lei Complementar 163/ 2018; que inclui mais municípios a RIDE-DF, e foram regulamentadas pelo Decreto nº 7.469 de 04 de maio de 2011; que instituiu o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal; (BRASIL, 1998; BRASIL, 2011; BRASIL, 2018).
- 2) Lei Complementar 112/2001; que autoriza o Poder Executivo a criar a RIDE Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina, e regulamentada pelo Decreto nº 10.129, de 25 de novembro de 2019 (BRASIL, 2001a; BRASIL, 2019b).
- 3) Lei Complementar 113/2001; que autoriza o Poder Executivo a criar a RIDE Petrolina-Juazeiro e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro, e regulamentada pelo Decreto nº 10.296/2020. (BRASIL, 2001b; BRASIL, 2020).

Conforme citado anteriormente, a União é responsável pela administração das RIDES, em parceria com os estados e municípios envolvidos (BRASIL, 1998), e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) é o órgão responsável pela coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que inclui as RIDES (MIDR, 2020).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) constitui-se como o arcabouço normativo que orienta as intervenções do Governo Federal voltadas para a mitigação das disparidades econômicas e sociais, tanto no âmbito intraregional quanto interregional. Em outras palavras, visa à promoção de igualdade entre diferentes regiões ou dentro delas, através da instauração de condições propícias ao avanço do desenvolvimento, fomentando o crescimento econômico, a geração de renda e o aprimoramento da qualidade de vida da população (MIDR, 2020).

O Decreto nº 9.810/2019, em seu Art. 5, estabelece a regulamentação do escopo geográfico da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR),

que transcende a apreensão unidimensional (BRASIL, 2019a). Em sua redação faz menção às RIDES:

Art. 5º. A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

§ 1º. Para fins do disposto neste Decreto, são consideradas sub-regiões especiais da escala sub-regional:

II - Região integrada de desenvolvimento - complexo geoeconômico e social, conforme estabelecido no Art. 43 da Constituição.

É importante ressaltar a necessidade de reconhecer as disparidades regionais em múltiplos níveis de atuação, bem como direcionar políticas e iniciativas que promovam o progresso territorial nas RIDEs por intermédio de mecanismos apropriados à atuação em variadas escalas. (MIDR, 2020).

3.5 - REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GRANDE TERESINA: ASPECTOS, COORDENAÇÃO E SUPERINTENDÊNCIA

A RIDE Grande Teresina, instituída pela Lei Complementar 112/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002, abrange quinze municípios do Piauí e um do Maranhão. De acordo com dados do IBGE (2022,a), possui uma população de 1.249.822 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e vinte e dois) habitantes (TABELA 1), sendo sua população majoritariamente urbana e concentrada em sua maioria na capital (IBGE, 2022a).

TABELA 1 – DADOS SÍNTESE – RIDE GRANDE TERESINA

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	NUMERO DE DOMICÍLIOS	AREA KM ²	PIB PER CAPITA
TERESINA	866.300	222.319	1.391,293	24.858,31
TIMON	174.465	46.321	1.763,220	12.311,17
UNIÃO	46.119	12.241	1.170,742	9.139,08
ALTOS	47.416	12.527	957,232	11.770,84
JOSÉ DE FREITAS	42.559	10.632	1.538,172	9.650,85
DEMerval LOBÃO	15.853	4.552	216,807	14.202,78
MONSENHOR GIL	10.255	3.672	567,860	10.232,84
BENEDITINOS	9.873	2.765	937,098	8.471,44
NAZÁRIA	10.262	2.941	362,376	11.168,15
LAGOA ALEGRE	8.256	2.316	394,205	8.532,94
CURRALINHOS	4.413	1.385	345,811	7.820,74
LAGOA DO PIAUÍ	4.810	1.400	427,841	16.365,94
COIVARAS	4.043	1.272	484,460	9.845,55
PAU D'ARCO DO PIAUÍ	3.880	1.339	430,023	7.799,23
MIGUEL LEÃO	1.318	431	93,412	17.413,14
TOTAL	1.249.822	326.113	11.080,552	165.178,22
LEGENDA - ANO DO CENSO		2010	2020	2022

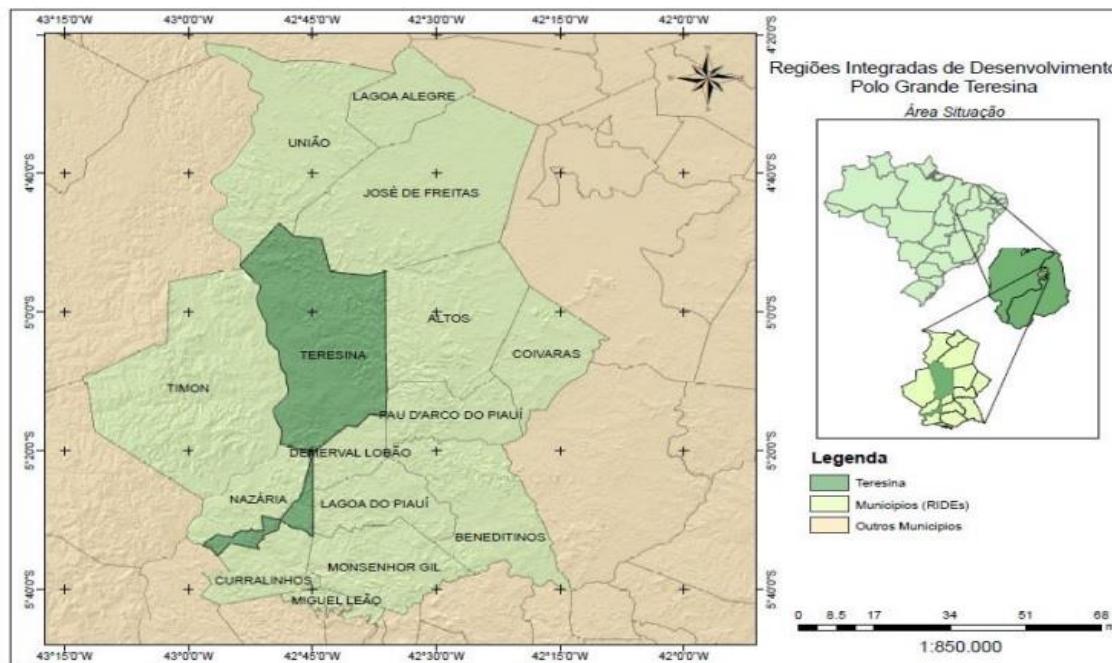
TABELA 1 - FONTE:IBGE. CENSOS DISPONÍVEIS 2010/2020/2022

PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS DO IBGE

Segundo dados do IBGE (2022a), os municípios que compõem a RIDE Grande Teresina abrangem uma área total de 11.080,552 km². É importante ressaltar que a integração entre os municípios da RIDE Grande Teresina é fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região, posto que uma das incumbências primordiais é a coordenação, conciliação e viabilização das ações administrativas de âmbito federal, mediante políticas públicas e empreendimentos conjuntos que se concentrem na dinamização econômica e na instauração das infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento em escala regional.

Os municípios que fazem parte da RIDE Grande Teresina são: Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Pau D'arco do Piauí, Teresina e União, todos no estado do Piauí, e o município de Timon, localizado no estado do Maranhão (MAPA 1), que possui relação socioeconômica com os municípios piauienses (MDR, 2019a).

MAPA 1 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO POLO GRANDE TERESINA



MAPA 1: FONTE: DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE) GRANDE TERESINA - RIDE SAB - Secretaria Nacional de Saneamento - 2019 (MDR, 2019a)

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Grande Teresina (COARIDE), foi proposto na Lei Complementar 112/2001, com suas atribuições, em seu Art. 2:

Art. 2. Será criado um Conselho Administrativo que coordenará as atividades da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho Administrativo de que trata este artigo serão definidas em regulamento, participando representantes dos Estados do Piauí, do Maranhão e dos Municípios abrangidos pela Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (BRASIL, 2001a).

Embora tenha sido proposto na Lei Complementar 112/2001, foi instituído somente no Decreto 10.129/2019, onde no Art. 5 dispõe sobre suas finalidades:

Art. 5. O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina - Coaride da Grande Teresina, integrante do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional de que trata o Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, tem a finalidade de planejar, de monitorar e de avaliar as atividades a serem desenvolvidas na Ride da Grande Teresina (BRASIL, 2019a).

A COARIDE é encarregada de supervisionar e orientar as atividades na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Grande Teresina. Entre as principais funções estão: coordenar a elaboração o Plano de Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina (PDGT) e do Programa Especial de Desenvolvimento da RIDE Grande Teresina (PEDGT) (BRASIL, 2019a).

Além disso, a COARIDE desempenha um papel crucial na integração de serviços públicos compartilhados pelos municípios que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade de vida da população. Em resumo, promove o desenvolvimento integrado através da coordenação de políticas públicas, harmonização de programas e projetos e a cooperação entre os diversos níveis de governo (BRASIL, 2019a).

3.6 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PETROLINA – JUAZEIRO: ASPECTOS, COORDENAÇÃO E SUPERINTENDÊNCIA

A RIDE Petrolina - Juazeiro, instituída pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002, abrange oito municípios do Nordeste brasileiro, quatro no estado da Bahia e quatro no estado de Pernambuco. De acordo com dados do IBGE (2022b), possui uma população de 837.621 (oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e vinte um) habitantes (TABELA 2), com uma forte vocação para a fruticultura irrigada, sendo responsável por cerca de 90% da produção nacional de uvas de mesa e manga (MDR, 2019b).

TABELA 2 – DADOS SÍNTESE – RIDE PETROLINA - JUAZEIRO

DADOS SÍNTESE - RIDE PETROLINA - JUAZEIRO				
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	NUMERO DE DOMICÍLIOS	AREA KM ²	PIB PER CAPITA
LAGOA GRANDE	24.088	1.099.274	1.850,070	14.731,04
OROCÓ	13.613	4.246	554,760	11.573,08
PETROLINA	386.786	91.309	4.561,870	19.416,68
SANTA MARIA DA BOA VISTA	45.578	12.349	3.000,774	14.056,36
CASA NOVA	72.085	20.583	9.647,072	11.226,88
CURAÇÁ	34.180	10.911	5.950,614	9.464,48
JUAZEIRO	235.816	64.072	6.721,237	20.120,96
SOBRADINHO	25.475	8.022	1.355,972	39.154,65
TOTAL	837.621	1.310.766	33.642,369	128.517,250

FONTE: IBGE. CENSOS DISPONÍVEIS 2010/2020/2022
PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS DO IBGE

ANO DO CENSO	LEGENDA	2010	2020	2022
--------------	---------	------	------	------

TABELA 2 -FONTE:IBGE. CENSOS DISPONÍVEIS 2010/2020/2022

PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS DO IBGE

MAPA 2 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO PETROLINA - JUAZEIRO

MAPA 2: FONTE: DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE) PETROLINA-JUAZEIRO - RIDE SAB - Secretaria Nacional de Saneamento - 2019 (MDR, 2019b)

Segundo o IBGE (2022,b) através dos dados do Censo anual, os municípios que compõem a RIDE Petrolina - Juazeiro abrangem uma área total de 33.642,369 km² (IBGE, 2022,b). Os municípios que compõem a RIDE Petrolina - Juazeiro são: Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, no estado de Pernambuco, e Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho, no estado da Bahia (MAPA 2) (MDR, 2019,b). De maneira análoga à RIDE Grande Teresina, o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Pólo Petrolina - Juazeiro (COARIDE), também foi proposto em Lei Complementar, sendo essa a 113/2001, e suas atribuições, no seu Art. 2:

Art. 2. É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA (BRASIL, 2001b).

A criação do Conselho da Ride Petrolina e Juazeiro foi inicialmente proposta na Lei Complementar 113/2021, porém, sua instituição efetiva ocorreu por meio do Decreto 10.296/2020, como especificado no Artigo 5º deste decreto. Nesse contexto, o Decreto também delineou as competências da COARIDE Petrolina e Juazeiro, que abrangem várias áreas essenciais para o desenvolvimento da região, incluindo o planejamento, monitoramento e avaliação das atividades na Ride Petrolina e Juazeiro, a elaboração e ajuste do plano de desenvolvimento e do programa especial de desenvolvimento, bem como a harmonização dos programas e projetos locais com os planos regionais e nacionais de desenvolvimento (BRASIL, 2020).

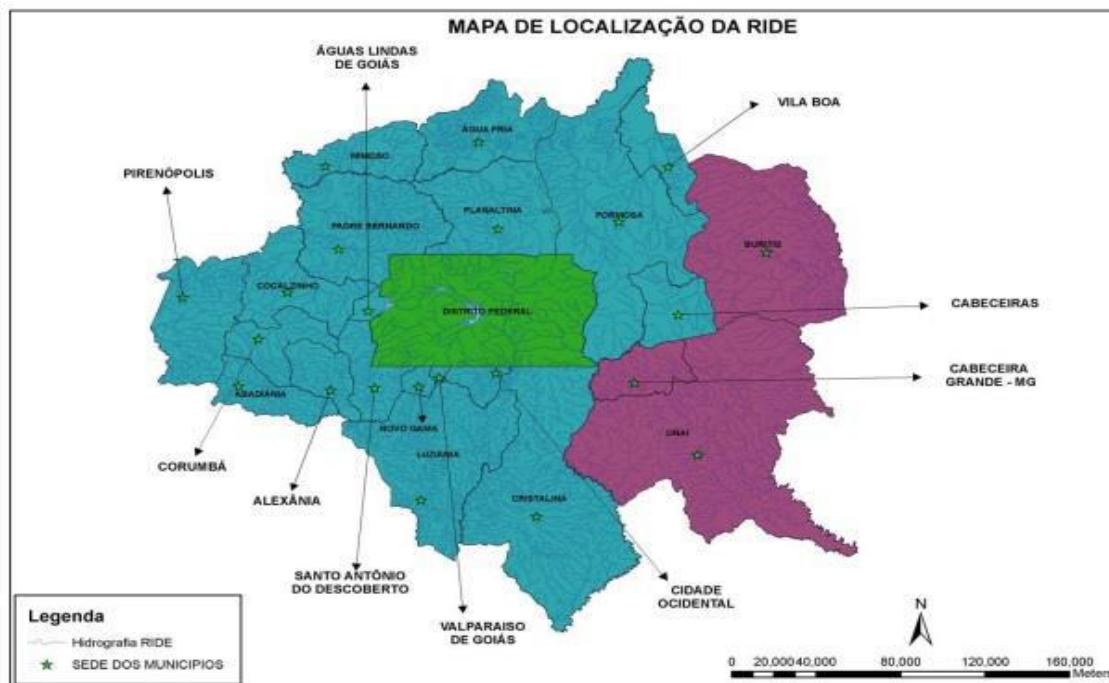
A integração entre a União, os Estados e os Municípios que compõem o RIDE desempenha um papel de suma importância na oferta de serviços públicos essenciais à população. Esse arranjo institucional possibilita a alocação de recursos financeiros de forma coordenada, com o objetivo de melhorar significativamente a qualidade de vida dos habitantes da região. Nesse contexto, o fortalecimento das relações e dos canais de cooperação e parcerias público-

privadas é fundamental para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e atendam às demandas específicas da RIDE Petrolina - Juazeiro. Essa integração de esforços e recursos possibilita a implementação de medidas mais eficientes e eficazes, contribuindo assim para a redução das desigualdades socioeconômicas e o estímulo ao desenvolvimento regional (MDR, 2019b).

3.7 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: ASPECTOS, COORDENAÇÃO E SUPERINTENDÊNCIA

A RIDE - Distrito Federal e Entorno, instituída pela Lei Complementar 94 de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04 de maio de 2011; a Lei Complementar 163/2018, que incluiu mais doze novos municípios e por fim o Projeto de Lei Complementar nº 189, de 2019, que incluiu o mais novo município à RIDE DF (BRASIL, 1998; BRASIL, 2011; BRASIL, 2018).

MAPA 3 – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO



MAPA 3: FONTE: DIAGNÓSTICO DO SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO(RIDE) DISTRITO FEDERAL - RIDE SAB - Secretaria Nacional de Saneamento - 2019 (MDR, 2019c)

Os municípios que compõem a RIDE DF e Entorno são: Abadiânia, Água Fria De Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho De Goiás, Corumbá De Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso De Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João D'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, e Vila Boa; no Estado de Goiás. do Estado de Minas Gerais, os municípios de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande, Unaí que foi desmembrada recentemente dando origem ao município de Uruana de Minas; e o que se o Distrito Federal. (MAPA 3) (MDR, 2019c).

TABELA 3 – DADOS SÍNTESE – RIDE DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	NUMERO DE DOMICÍLIOS	AREA KM ²	PIB PER CAPITA
ABADIÂNIA	17.228	5.742	1.044,555	20.179,10
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	4.954	2.300	2.025,636	60.314,00
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	225.671	48.544	191,817	9.504,73
ALEXÂNIA	27.008	9.215	846,876	36.507,05
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	10.298	3.071	2.594,998	29.784,01
ALVORADA DO NORTE	8.446	2.887	1.268,347	17.801,21
BARRO ALTO	10.371	2.860	1.080,268	133.652,60
CABECEIRAS	7.560	2.807	1.126,434	38.641,46
CAVALLCANTE	9.589	4.261	6.948,780	40.043,74
CIDADE OCIDENTAL	91.767	18.276	389,984	11.606,14
COCALZINHO DE GOIÁS	25.016	6.695	1.785,339	18.093,58
CORUMBÁ DE GOIÁS	10.562	4.195	1.064,833	21.254,49
CRISTALINA	62.249	15.947	6.153,921	55.581,44
FLORES DE GOIÁS	13.744	4.347	3.695,106	11.208,21
FORMOSA	115.669	33.806	5.804,292	22.142,56
GOIANÉSIA	73.708	20.462	1.547,319	22.400,43
LUZIÂNIA	208.725	57.826	3.962,107	22.050,25
MIMOSO DE GOIÁS	2.614	1.247	1.380,701	67.176,93
NIQUELÂNDIA	34.964	15.809	9.846,293	22.943,04
NOVO GAMA	103.804	28.108	192,285	9.132,84
PADRE BERNARDO	34.967	10.705	3.142,615	22.008,60
PIRENÓPOLIS	26.690	6.649	2.200,369	21.842,31
PLANALTINA	105.031	26.415	2.558,924	14.085,34
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	72.134	20.380	943,940	9.803,49
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	13.984	3.657	3.334,455	31.803,39
SIMOLÂNDIA	5.742	2.314	346,811	20.911,12
VALPARAÍSO DE GOIÁS	198.861	45.801	61,488	15.621,31
VILA BOA	4.215	1.678	1.052,593	19.310,39
VILA PROPÍCIO	5.815	2.071	2.181,593	37.142,72
ARINOS	17.272	6.817	5.279,419	15.091,27
BURITIS	24.034	8.715	5.225,186	39.041,06
CABECEIRA GRANDE	6.627	2.995	1.033,055	55.628,40
UNAI	86.619	29.319	8.445,432	39.131,90
URUANA DE MINAS	3.282	1.386	598,221	20.513,00
DISTRITO FEDERAL	2.817.068	856.635	5.760,784	87.016,16
TOTAL	4.460.322	1.313.950	77.582,947	1.009.936,00

FONTE: IBGE. CENSOS DISPONÍVEIS 2010/2020/2022

PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS DO IBGE

ANO DO CENSO	LEGENDA	2010	2020	2022
ENTE FEDERATIVO	LEGENDA	GOIÁS	MINAS GERAIS	DISTRITO FEDERAL

TABELA 3 -FONTE:IBGE. CENSOS DISPONÍVEIS 2010/2020/2022

PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS DO IBGE

Segundo o IBGE (2022), através dos dados do Censo anual, os municípios que compõem a RIDE DF e Entorno, abrangem uma área total de 77.582,947 km² (IBGE, 2022c). Em sua composição, abrange 33 (trinta e três) municípios; sendo 29 (vinte e nove) do estado de Goiás, 5 (cinco) de Minas Gerais e o Distrito Federal, totalizando 35 territórios do ente federativo (BRASIL, 1998; BRASIL, 2011). De acordo com dados do censo de 2022, possui uma população de 4.460.322 habitantes (TABELA 3) (IBGE, 2022,c).

A criação da primeira Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE-DF) no Brasil marcou um passo significativo em direção ao desenvolvimento econômico regional. Essa RIDE pioneira exibe um Produto Interno Bruto (PIB) per capita correspondente a R\$ 1.009.936,00 (um milhão, nove mil e novecentos e trinta e seis), e demonstra notáveis perspectivas de crescimento, particularmente nos setores do agronegócio, turismo e serviços, como evidenciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022,c).

Da mesma forma que as demais Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) presentes no território brasileiro, a RIDE DF e Entorno estabeleceu seu Conselho Administrativo com base na legislação vigente. O referido Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi delineado mediante a promulgação da Lei Complementar 94/98, que dispõe, em seu Artigo 2º, as diretrizes para sua formação e atuação:

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidas em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangidos pela RIDE (BRASIL, 1998).

Embora a criação do Conselho tenha sido proposta na Lei Complementar 94/1998, sua efetiva instituição ocorreu posteriormente, por meio do Decreto nº

7.469/11, conforme estabelecido no Artigo 2º deste decreto. Além disso, também foi determinado o órgão ministerial ao qual o Conselho estaria vinculado:

Art. 2º. O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tem a finalidade de coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE (BRASIL, 2011).

Além disso, o Decreto, em seu Art. 3, estabelece as competências da COARIDE DF, que desempenha um papel central na coordenação das ações realizadas pelos entes federados que compõem a RIDE. Essas competências incluem a coordenação das atividades visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais na RIDE. Ademais, a COARIDE DF tem o poder de aprovar e supervisionar planos, programas e projetos que promovam o desenvolvimento integrado da região, garantindo sua viabilidade técnica e financeira (BRASIL, 2011).

Outra atribuição fundamental da COARIDE DF é programar a integração e a unificação dos serviços públicos comuns à RIDE, abrangendo áreas cruciais como infraestrutura, geração de empregos, saneamento básico, uso do solo, transportes, meio ambiente, recursos hídricos, saúde, educação, entre outras. Deste modo, a COARIDE DF desempenha um papel estratégico na harmonização das ações e na busca por soluções integradas que atendam às necessidades específicas da RIDE, considerando suas características geográficas e socioeconômicas (BRASIL, 2011).

No âmbito das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) no Brasil, fica evidente a importância dessas iniciativas para o desenvolvimento regional e nacional. Com a capacidade de coordenar esforços entre diferentes entes federativos, às RIDEs se apresentam como um instrumento poderoso para a redução das desigualdades socioeconômicas entre as regiões do país (MDR, 2019c).

Portanto, diante dos desafios de promover o desenvolvimento econômico, regional e social em um país tão vasto quanto o Brasil, às RIDEs, e seus respectivos conselhos intensificam e fomentam a ideia de interiorização e articulação de políticas públicas contribuindo assim para um Brasil onde a

distribuição das melhorias sejam mais equitativas, visando a prosperidade de forma igualitária da nação (MDR, 2019c).

CONCLUSÃO

A trajetória histórica delineada ao longo desta dissertação abordou o processo de interiorização da capital e do desenvolvimento regional no contexto brasileiro. O estudo descreveu as circunstâncias no decorrer dos anos, eventos e empreendimentos que foram determinantes na condução da iniciativa de interiorização, assim como nas atuais estratégias empreendidas para fomentar o desenvolvimento regional.

Desde os primórdios da história do Brasil, a concepção da interiorização se destacou, contando com a notável influência de figuras e eventos emblemáticos como o Marquês de Pombal e o movimento da Inconfidência Mineira. Esses protagonistas já anteviam a imperatividade de descentralizar a autoridade e promover um desenvolvimento mais equitativo no território brasileiro. À medida que os séculos se desdobraram, indivíduos de destaque, a exemplo de José Bonifácio, Hipólito José da Costa, Dom Bosco, Marechal Deodoro da Fonseca, Adolfo Varhnagem, Louis Cruls, e outros, perpetuaram a ideia da interiorização como um instrumento para a coesão nacional.

A construção de Brasília, durante o período compreendido entre os anos de 1950 a 1960, configurou-se como um marco de proporções extraordinárias dentro do âmbito desta trajetória histórica. O empreendimento focalizado na ereção de uma urbe moderna e funcional em um prazo notavelmente restrito reflete, de maneira exemplar, o compromisso assumido pelo Brasil com a interiorização e a promoção do desenvolvimento regional. A Campanha Política, a realização do Concurso do Plano Piloto e o destacado papel desempenhado pelos "candangos" e todos os atores envolvidos no contexto da construção de Brasília constituem manifestações concretas e eloquentes dessa empreitada de audácia singular.

Ademais, a instituição das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDEs) evidenciam a contínua busca por estratégias contemporâneas voltadas à promoção do crescimento regional. No processo de exploração de conceitos cruciais, a exemplo de crescimento econômico,

desenvolvimento econômico e desenvolvimento, bem como na análise dos elementos legais necessários à instauração das RIDEs, identificamos uma abordagem coordenada e inovadora direcionada ao impulso do desenvolvimento regional.

Da mesma forma, as RIDEs de Petrolina-Juazeiro, situada nos estados de Pernambuco e Bahia, e Grande Teresina, situada nos estados de Piauí e Maranhão, são exemplos de como a interiorização e o desenvolvimento regional podem estar interligados. A interligação entre os municípios dessas RIDEs são fundamentais para o desenvolvimento da região como um todo de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE para tais regiões, fazendo com que um município fomente o crescimento do município vizinho através das políticas de articulação de crescimento.

Além disso, a RIDE DF e Entorno desempenha um papel crucial na descentralização das atividades econômicas e administrativas do país. Essa região é uma extensão natural das políticas de interiorização da capital, uma vez que abriga a cidade de Brasília, e tem como objetivo coordenar o crescimento planejado da região, garantindo a sustentabilidade e o desenvolvimento de áreas adjacentes à capital federal.

Finalizando, esta dissertação destaca que a interiorização do capital e o desenvolvimento regional são fundamentais para a construção de um Brasil mais inclusivo e desenvolvido, e às RIDEs desempenham um papel essencial nesse processo visando melhorias para uma nação mais equitativa e igualitária.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Luciana. **Obras da única mulher na equipe de Niemeyer em Brasília marcam capital.** G1, 21 de abril de 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/04/obras-da-unica-mulher-na-equipe-de-niemeyer-em-brasilia-marcam-capital.html>
Acessado em 23 de novembro de 2022.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicação. Alteração do Regulamento sobre Áreas Locais recebe contribuições até hoje. Publicado em 09 de dezembro de 2015. Disponível em:

<https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/proposta-de-alteracao-do-regulamento-sobre-areas-locais-recebe-contribuicoes-ate-hoje>

Acessado em 26 de julho de 2023.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. **O patriarca da Independência.** São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1939.

Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF - Disponível em:

<https://www.arquivopublico.df.gov.br/exposicao-comissoes-cruls>

Acessado em 23 de março de 2023.

BELCHER; Donald J.; Associates. **Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República.** 2ª edição. Departamento administrativo do serviço público de documentação. Rio de Janeiro, 1956.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil - 24 de fevereiro de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm

Acessado em 25 de março de 2023.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil do. **Constituição Federal do Brasil de 1946.**

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.html

Acessado em 23 de março de 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Secretaria-Geral da Presidência. **Constituição do Brasil de 1967** (anais) Brasília, 1969. 4v.

BRASIL. Constituição (1988): **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar Nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.** (1998). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm
Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar Nº 112 de 19 de setembro de 2001.** (2001,a). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp112.htm#:~:text=Lcp112&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Teresina%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.

Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar Nº 113 de 19 de setembro de 2001.** (2001,b). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp113.htm
Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7.469, de 4 de maio de 2011.** (2011). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7469.htm
Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL. Presidência da República - Casa Civil. **Estatuto da Metrópole: Lei nº: 13.089/2015.** 2015. Disponível em:

<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/Lei-n%C2%BA13089-2015-Institui-o-Estatuto-da-Metr%C3%B3pole.pdf>

Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar Nº 163, de 14 de junho de 2018.** (2018).

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp163.htm

Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.** (2019,a). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d9810.htm

Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 10.129, de 25 de novembro de 2019.** (2019, b).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D10129.htm#art9

Acessado em 20 de junho de 2023.

BRASIL, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 10.296, de 30 de março de 2020.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Decreto/D10296.htm#art11

Acessado em 20 de junho de 2023.

CÂMARA, Arquivo da Câmara dos Deputados. **50 Anos da Câmara em Brasília**

- **Cronologia Legislativa (1823-1955)** - 2010 - Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/cinquenta-anos-da-camara-em-brasilia/a-mudanca-da-capital/cronologia-legislativa-1823-1955>

Acessado em 30 de julho de 2023.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento: em busca de uma delimitação conceitual.** Brasília; Núcleo de Estudos e Pesquisas / CONLEG/ Senado, abril/2020. (Texto para Discussão nº 273). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos

Acessado em 26 de julho de 2023.

CEZAR, Temístocles. **Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência.** Topoi, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 159-207

CEZAR, Temístocles. **Ser Historiador no Séc. XIX: o caso Varnhagen.** 1ª Edição - Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018

COELHO, Emanuelle. **Marianne Peretti, a artista que deu forma a monumentos de Brasília.** Agência Brasília, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2019/05/23/marianne-peretti-a-artista-que-deu-forma-a-monumentos-de-brasilia/>

Acessado em 01 de novembro de 2021.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa de Artes, 1995.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira.** Rio de Janeiro. Record, 2002.

CRULS, Louis. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: Relatório Cruls: edição especial do Centenário da Missão Cruls - 1892-1982.** Brasília: Codeplan, 1992. p.:il

CRULS, Louis. **Comissão de Estudos da Nova Capital da União**. Rio de Janeiro - Ed. Typo lith. Carlos Schmidt - 1896 - Biblioteca do Senado Federal

DEMUNER TEIXEIRA, Suelem.; VERGARA, Moema de Rezende. **O Rio de Janeiro pelo Brasil: imprensa, capitalidade e reformas urbanas no início do século XX**. Acervo, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1–21, 2023. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1891>
Acessado em 23 julho de 2023.

DE OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; DE SOUZA AFIUNE, Pepita. **Misticismo em Brasília: New Age e Dom Bosco na pedra angular da capital federal**. 2017.

DINIZ, Renata Neres. **Musealização e patrimonialização do Distrito Federal : o caso do Museu Histórico e Artístico de Planaltina e da Pedra Fundamental**. BDPI UnB. 2022

DOU - Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/2/1922. Pág. 2659 (República) Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4494-18-janeiro-1922-545132-republicacao-91197-pl.html>
Acessado em 31 de julho de 2023.

FAUSTO, Boris et al. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FUNAG; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX - Francisco Adolfo Varnhagen: com ensaios introdutórios de Arno Wehling**. – Brasília: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO - FUNAG, 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 1959.

GANCHO, Cândida Vilares; TOLEDO, Vera Lúcia Vilhena de. **Inconfidência mineira**. (No Title), 1991

.

GRIECO, Donatello. **História sincera da inconfidência mineira**. Editora Record, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – Relatório de Cidades e Estados – Teresina**. (2022,a).

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>

Acessado em 05 de agosto de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – Relatório de Cidades e Estados – Petrolina/Juazeiro**. (2022,b).

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/petrolina.html>

Acessado em 05 de agosto de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – Relatório de Cidades e Estados – Distrito Federal**. (2022,c).

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/df.html>

Acessado em 10 de agosto de 2023.

IPEA. **Regiões Integradas de Desenvolvimento e Governança Metropolitana: experiências recentes no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional. **Varnhagen: a escolha do sítio de Brasília**.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3556>

Acessado em 08 abril 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional - **Inventário da obra e Athos Bulcão em Brasília**. Brasília – DF. Gráfica IPHAN, 2018.

JARDIM, Márcio. **A inconfidência mineira (Uma síntese factual)**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1989.

LESSA, Clodo Ribeiro. **Vida e obra de Varnhagen**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 223, p. 82, 1954.

LEWIS, William Arthur et al. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil.** BOD GmbH DE, 2013.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2003

LUSTOSA, Isabel. **Projetos para uma pátria imaginada.** Teresa revista de Literatura Brasileira [12|13]; São Paulo, p. 160-173, 2013

MARRARA, Thiago. **Estatuto da metrópole: lei 13.089/2015 comentada.** Ribeirão Preto: FDRP-USP, 2021. 275 p.; 23.

MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ATUAL MIDR). **Diagnóstico do Saneamento Básico da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina: Diagnóstico Analítico Teresina.** UnB; RideSab. Teresina, maio de 2019.(2019,a).

Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Diagn%C3%B3stico_do_Saneamento_B%C3%A1sico_da_Regi%C3%A3o_Integrada_de_Desenvolvimento_RIDE_Polo_Grande_Teresina-PI.pdf

Acessado em 25 de agosto de 2023.

MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ATUAL MIDR). **Diagnóstico do Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) do Brasil. Relatório Final de Mobilização Social – Ride: Petrolina – Juazeiro.** UnB; RidSab. Petrolina, maio de 2019. (2019,b).

Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Relat%C3%ADrio_de_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_Social_da_Regi%C3%A3o_Integrada_de_Desenvolvimento_RIDE_do_Polo_Petrolina-PE_e_Juazeiro-BA.pdf

Acessado em 25 de agosto de 2023.

MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ATUAL MIDR).
Diagnóstico do Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) do Brasil. Relatório Final de Mobilização Social – Ride Distrito Federal e Entorno. UnB; RideSab. Brasília, maio de 2019.(2019,c).

Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/Relat%C3%A7%C3%A3o_de_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_Social_da_Regi%C3%A3o_Integrada_de_Desenvolvimento_RIDE_do_DF_e_Entorno.pdf

Acessado em 25 de agosto de 2023

MIDR - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

MDR apresenta situação do saneamento básico em regiões integradas do País. Julho/2019. (2019, a). Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/mdr-apresenta-situacao-do-saneamento-basico-em-regioes-integradas-do-pais>

Acessado em 23 de junho de 2023.

MIDR. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional.**

Publicado em 06 de fevereiro de 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pndr>

Acessado em 28 de julho de 2023.

NIEMAYER, Oscar. **A forma na arquitetura.** 2ª edição – Rio de Janeiro – Editora Avenir, 1978.

ORICO, Osvaldo. **Brasil, capital Brasília** - 2ª edição – Distrito Federal – Gráfica do IBGE, 1960.

POLETTI, Ronaldo. 1934 - 3. ed. – **Coleção Constituições brasileiras;** v. 3. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p.

PORTE, Walter Costa. **Constituições Brasileiras: 1937** — 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p. — (Coleção Constituições brasileiras; v. 4)

REIS, Cláudio de Brito. **O Marquês de Pombal (Súmula de Sua Vida e Obra)**. Rio de Janeiro. 2^a edição do autor, 1982.

REIS, Cláudio de Brito. **O Marquês de Pombal e o outro lado da história**. Rio de Janeiro – Editora Altiva Gráfica, 2000.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Vol. 01 - FGV editora, 2007.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia do conhecimento como poder**. Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen – Petrópolis, RJ – Vozes, 2000.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Vértice, 1986.

SALOMÃO, Ivan Colangelo - **Liberalismo, industrialização e desenvolvimento: as ideias econômicas de José Bonifácio de Andrada e Silva**. Almanack, Guarulhos, n. 26, ea01019, 2020. Disponível em:
<http://doi.org/10.1590/2236-463326ea01019>
Acessado em 29 de maio de 2023.

SAMPAIO, Cárita da Silva; PAZ, Francisca; CORRÊA, Giuliana; DE CASTRO, Samuel Menezes. **Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana: O caso da RIDE -DF**. p. 235. in. 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil, 2013.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. Editora de Brasília, 1970.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 3^a edição. Brasília. Linha Gráfica Editora, 1997.

TAMANINI, Lourenço Fernando. **Memória da Construção de Brasília.** Brasília. Royal Court, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico: das Assembleias Gerais e Províncias do Império – 1849.**

Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/429028>

Acessado em 7 abril 2023.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ofício ao ministro da Agricultura – Vila Formosa da Imperatriz, em Goyaz, 28 de julho de 1877.**

Disponível em:

<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1877varnhagenFormosa.htm>

Acessado em 7 de abril 2023.

VASCONCELOS, José Adirson de. **A mudança da Capital.** Brasília. Gráfica e editora Independência, 1978.

VERGARA, Moema de Rezende. **Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República.** História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n.4, 2006. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400008>

Acessado em 22 de maio de 2023.

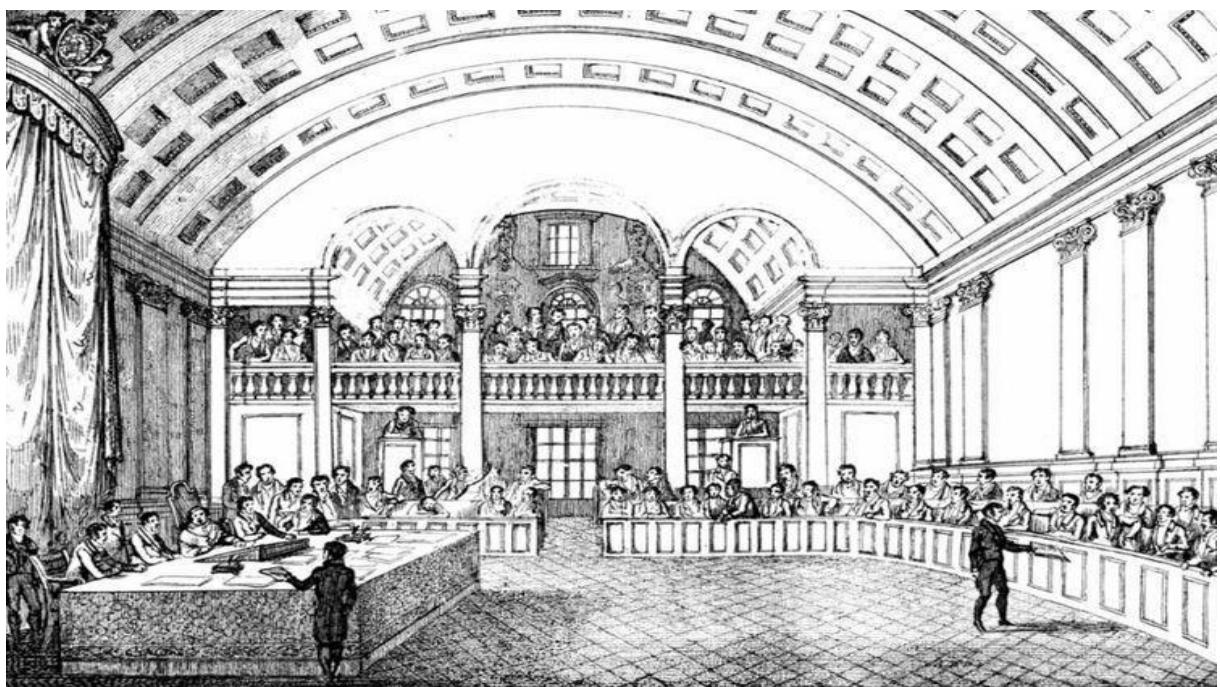
VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX).** Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2009.

ANEXO 1 - FIGURAS

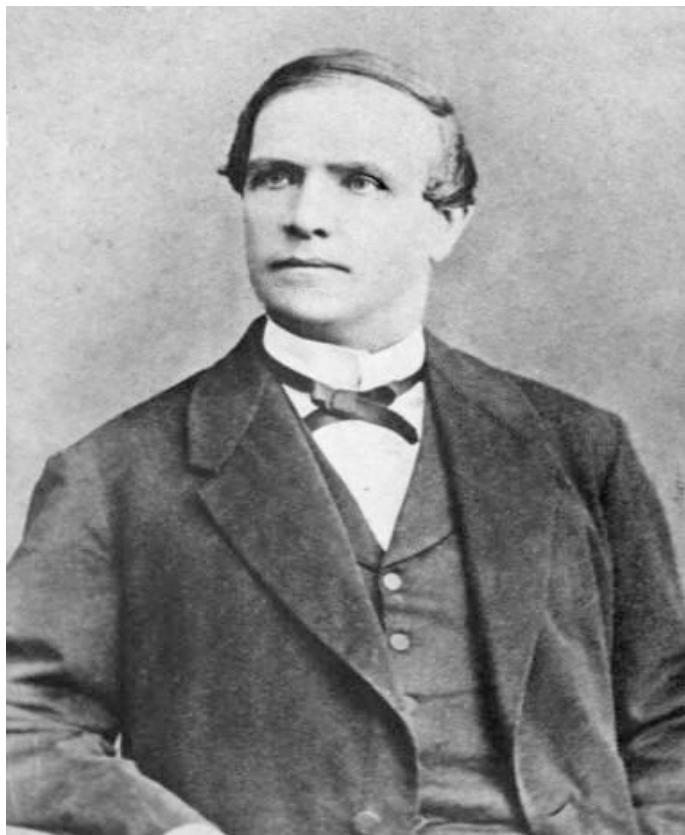
(FIG. 1) O Retrato de Marquês de Pombal por Louis-Michel van Loo e Joseph Vernet - 1766 - Museu de Lisboa - Wikimedia Commons.



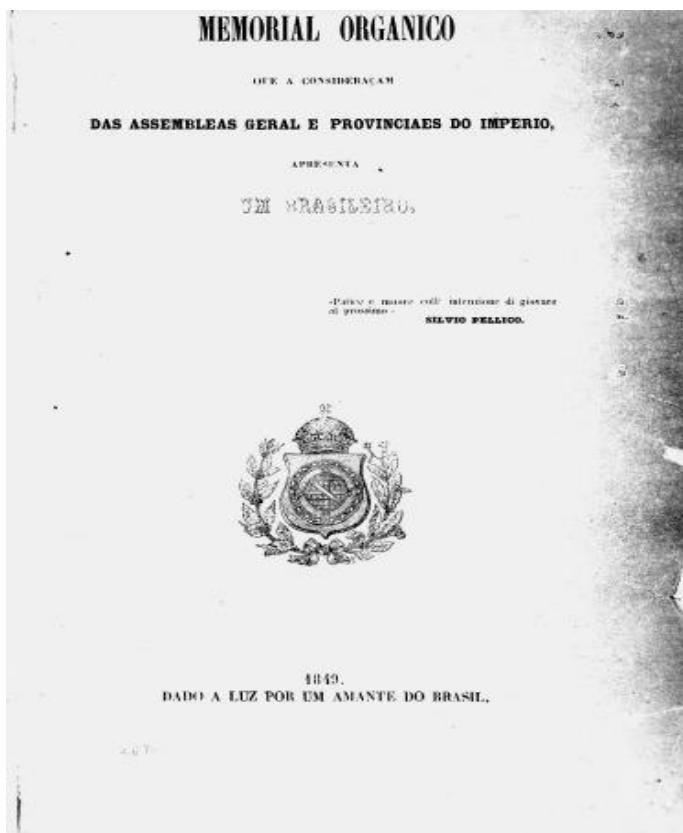
(FIG. 2) Jornada dos Mártires por Antônio Parreiras - 1928 - Museu Mariano Procópio - Wikimedia Commons.



(FIG.3) Interior da Cadeia Velha, que abrigou a Constituinte de 1823 e onde funcionou posteriormente a Câmara dos Deputados por Ilustração/Notices of Brazil in 1828 and 1829. Fonte: Agência Câmara de Notícias



(FIG. 4) Retrato Francisco Adolfo de Varnhagen - 1870 - Fonte: Wikipedia



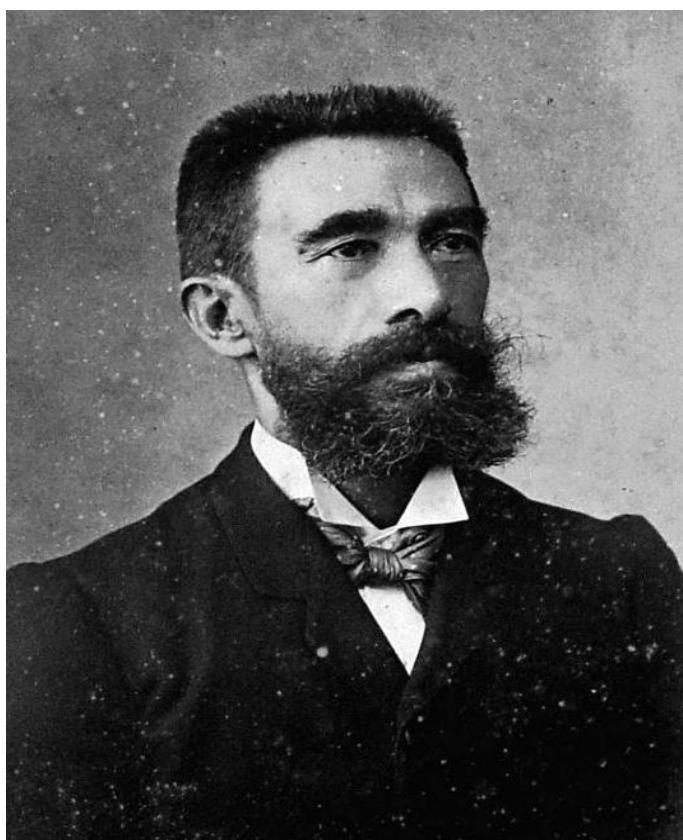
(FIG.5) Memorial Orgânico: Dado à luz por um amante do Brasil: Parte 1. Por Francisco Adolfo de Varnhagen – 1849. Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira.



(FIG.6) Retrato Dom Bosco - Fonte: Wikipedia



(FIG.7) Charge do fim do século 19 mostra insalubridade do Rio, capital do Brasil (imagem: Don Quixote/Biblioteca Nacional Digital) - Fonte: Agência Senado



(FIG.8) Retrato Louis Ferdinand Cruls - Fonte: Wikipedia



(FIG.9) Equipe da Missão Cruls - Fonte: Arquivo Público Nacional



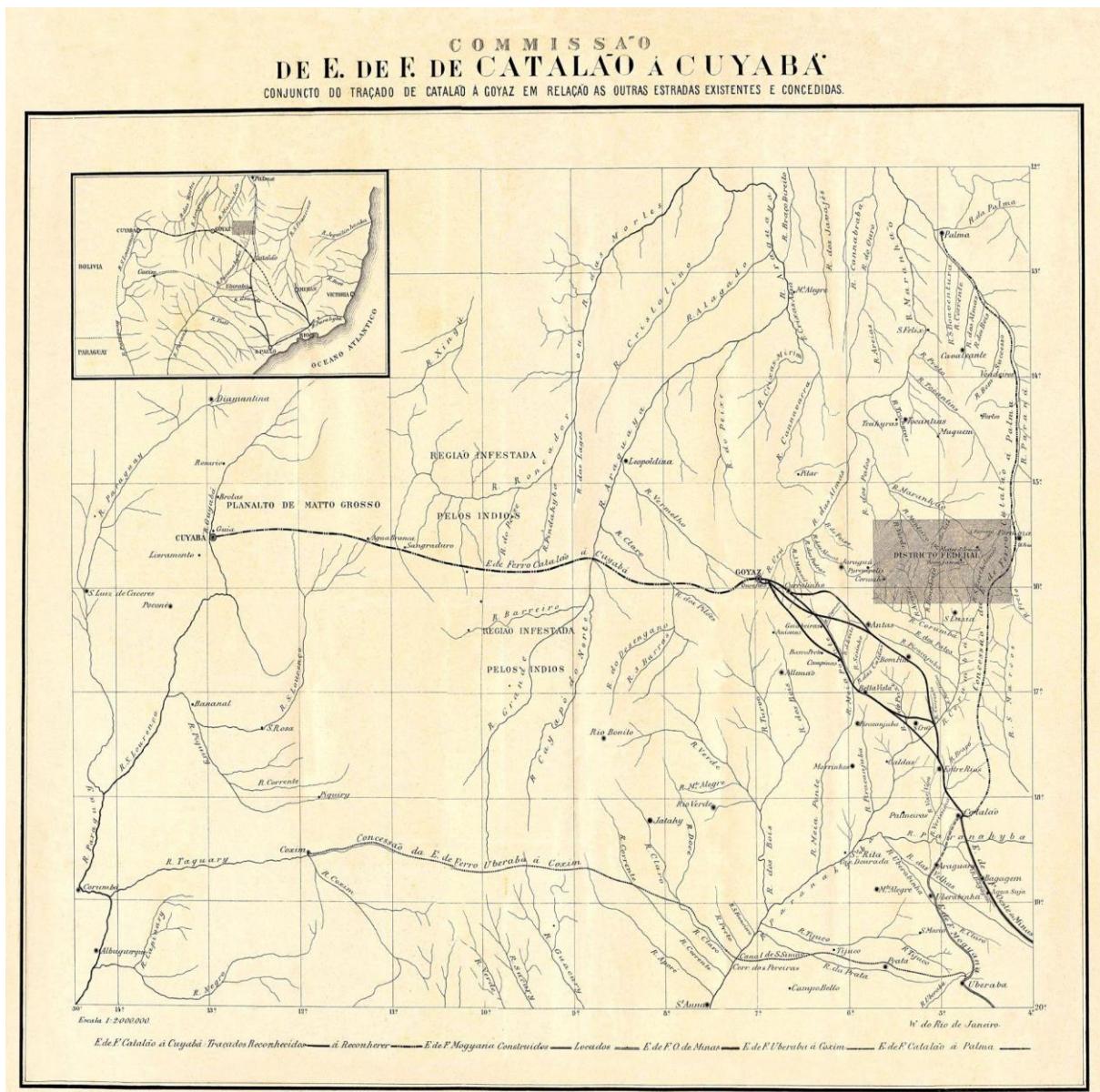
(FIG.10) Lagoa Feia, Formosa (GO), fotografada por Henrique Morize integrante da Equipe da Missão Cruls - Fonte: Arquivo Público Nacional



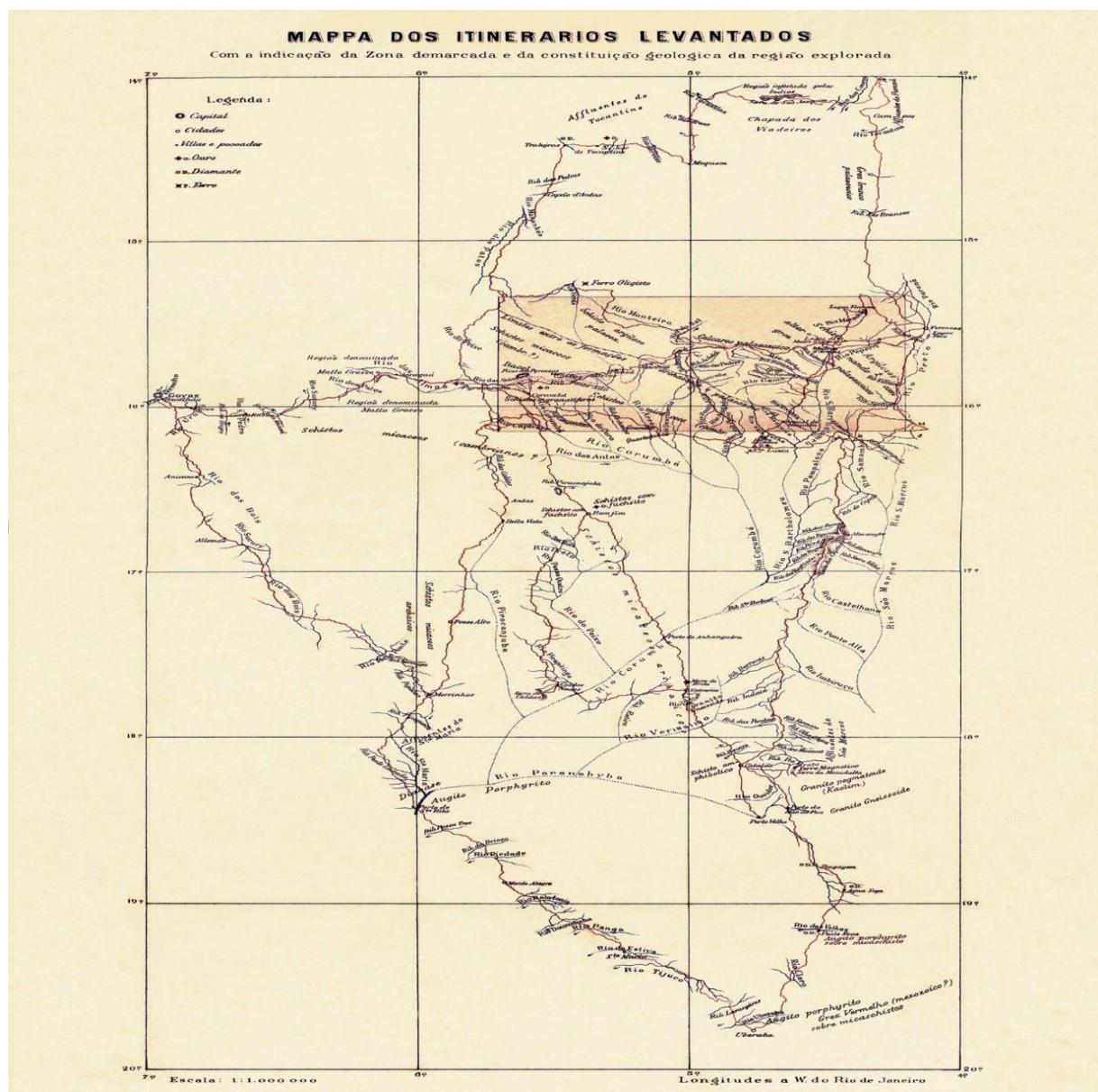
(FIG.11) Formosa (GO), 1892 - fotografada por Henrique Morize integrante da Equipe da Missão Cruls -
Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.12) Acampamento da Equipe da Missão Cruls, nas cabeceiras de Pindaíba - Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.13) Mapa da Comissão de Estudos da Nova Capital - Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.14) Mapa do Itinerário Levantado - Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.15) Desbravadores - Segunda Missão Cruls - Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.16) Pirenópolis - Segunda Missão Cruls - Fonte: Arquivo Público Nacional



(FIG.17) O obelisco erguido no Planalto Central em 1922 pelo governo de Epitácio Pessoa (foto: Arquivo Público do DF) - Fonte: Agência Senado



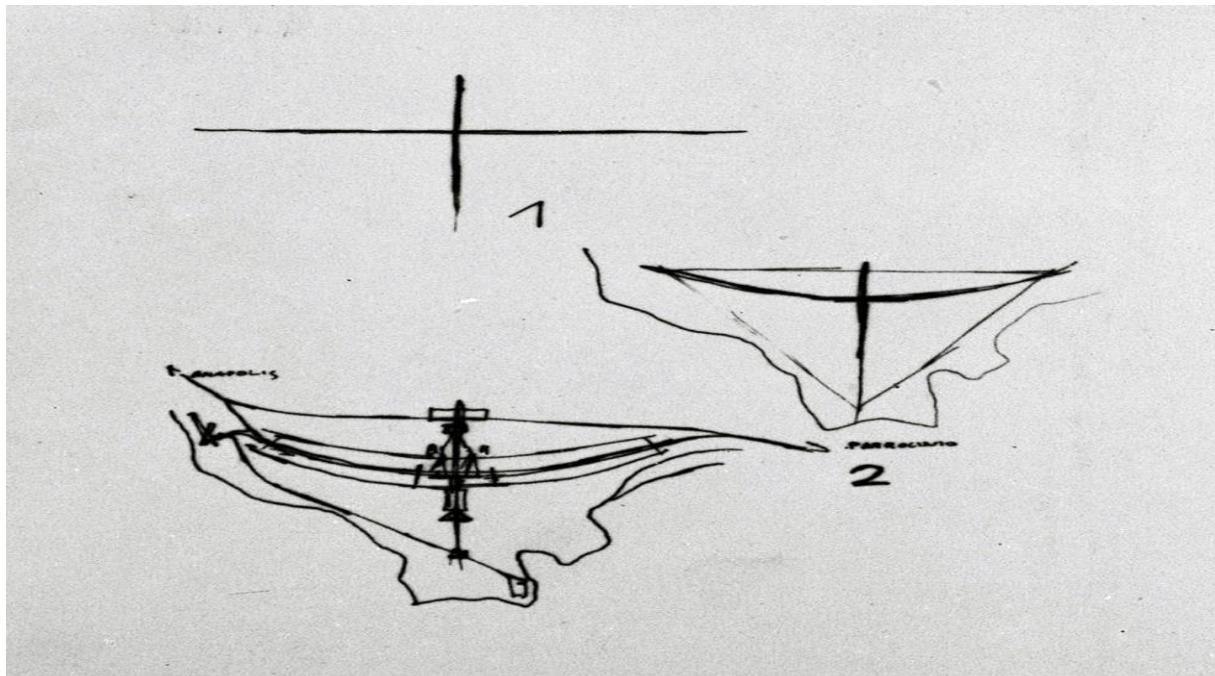
(FIG.18) Mapas dos Sítios Demarcados - Fonte: Gerência de Iconografia do Arquivo Público do Distrito Federal - Editado a partir do mapa publicado em “NOVA METRÓPOLE DO BRASIL” de José P. C. de Albuquerque - Imprensa do Exército - 1958.



(FIG. 19) Juscelino Kubitschek em campanha para a presidência da República. S.I., entre 10 de fevereiro e setembro de 1955. Fonte: FGV/CPDOC. Arq. Augusto do Amaral Peixoto.



(FIG.20) Posse Presidencial - Rio de Janeiro - 1956 - Fonte: Acervo Memorial JK - Brasília – DF



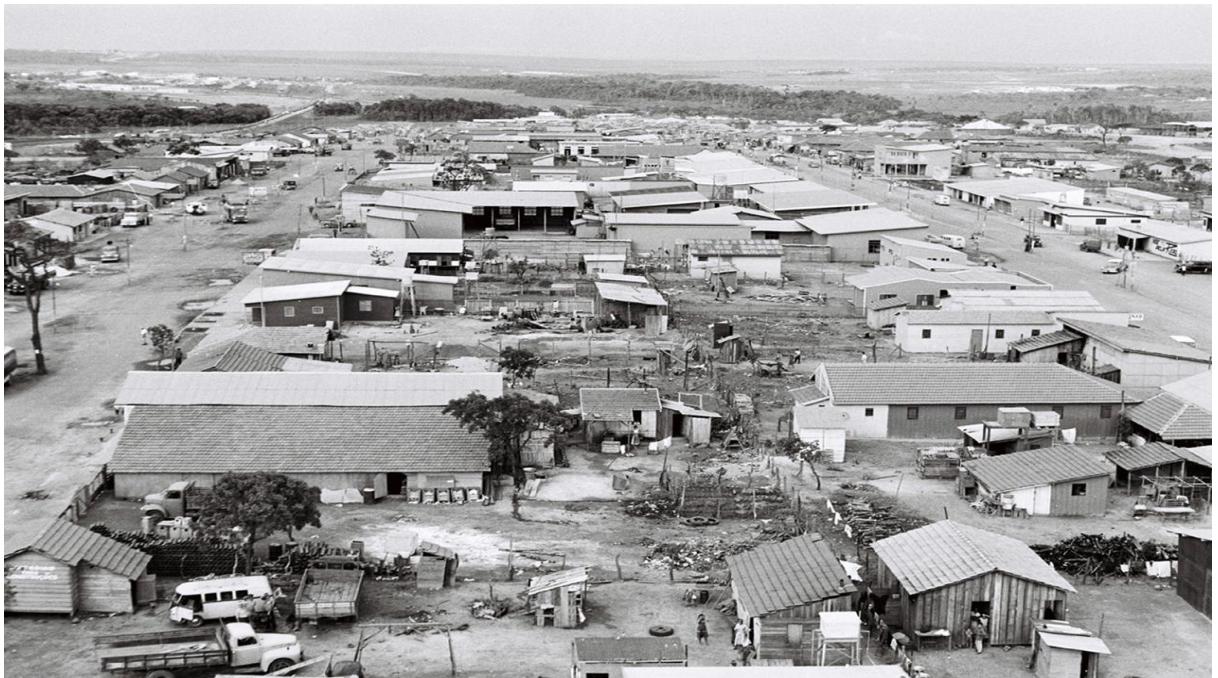
(FIG.21) Rascunhos que formam a base do Plano Piloto - Foto: Arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap



(FIG.22) Uma das cenas mais comuns da capital em construção: operários em carrocerias de caminhão nas ruas recém-abertas e poeirentas. Ao fundo, o edifício do Congresso, ainda em fase estrutural. Foto: Arquivo Público - DF -Fonte: Agência Senado



(FIG.23) Serviço de Identificação e cadastro dos operários. Assim que chegavam em Brasília os Candangos se registravam para poder trabalhar nas obras. - Fonte: Arquivo Fotográfico Senado Federal



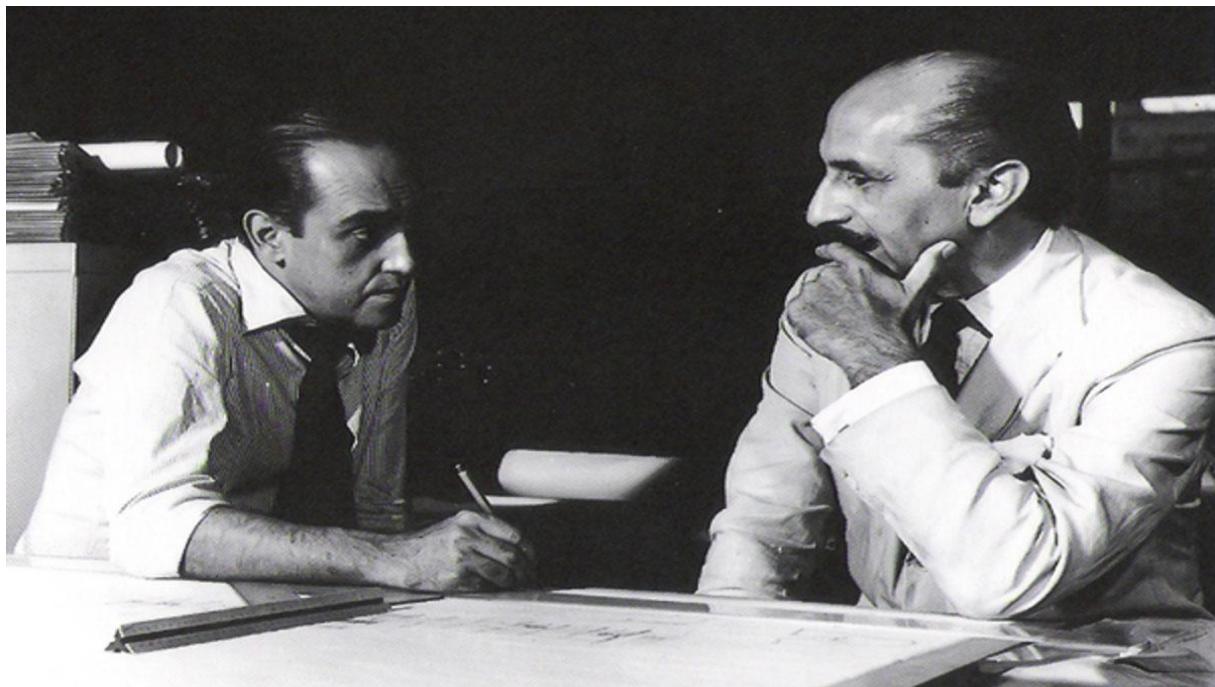
(FIG.24) Acampamento de pioneiros no Núcleo Bandeirante. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fonte: Agência Senado



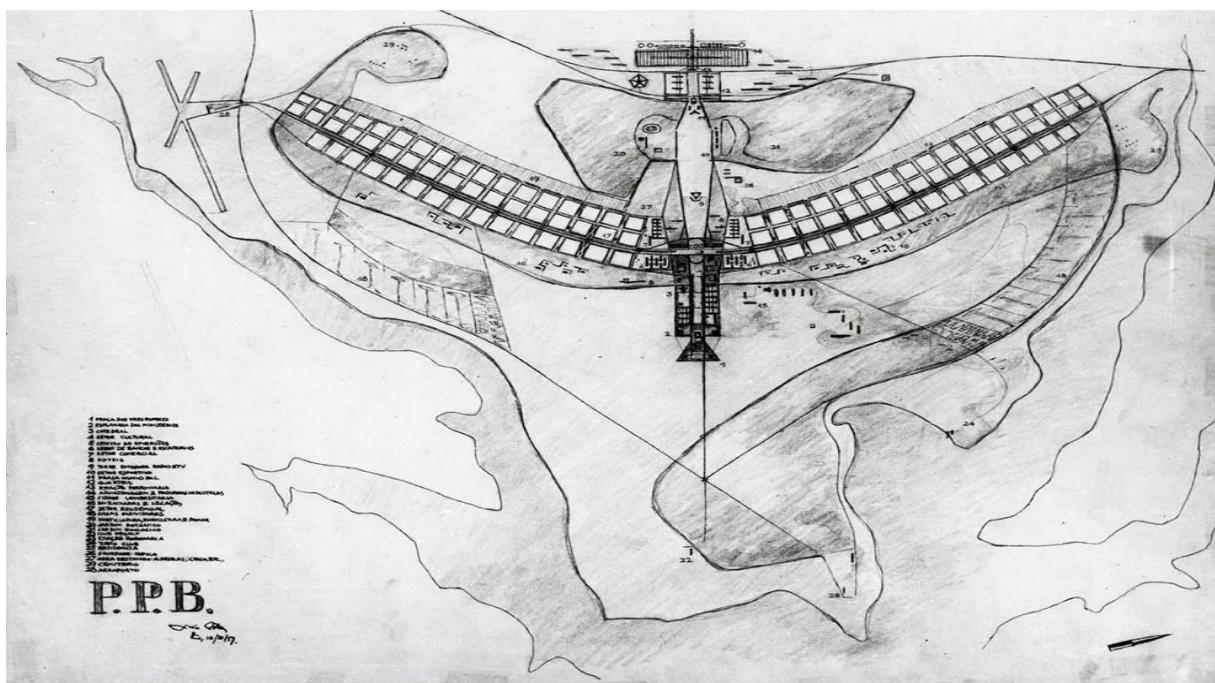
(FIG.25) Oscar Niemeyer em meio aos projetos de Brasília. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.
Fonte: Agência Senado



(FIG.26) Registro do arquiteto responsável pelo projeto, Oscar Niemeyer, durante a construção da Catedral, que abriga o vitral dos trópicos da artista Marianne Peretti -. Foto: Arquivo Público DF. Fonte: Agência Senado



(FIG.27) Oscar Niemeyer (à esquerda) e Lúcio Costa - Foto: Jean-Pierre Dalbéra - Foto: Arquivo Público do Distrito Federal. Fonte: Agência Senado



(FIG.28) Esboço Plano Piloto de Brasília - Fonte: Arquivo público do DF. Fonte: Agência Senado



(FIG.29) Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa, Brasília DF, 1957 - Fonte: Acervo Fotográfico Memorial JK - Brasília – DF



(FIG.30) Cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário no início das obras de construção de Brasília. Foto: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – 1957



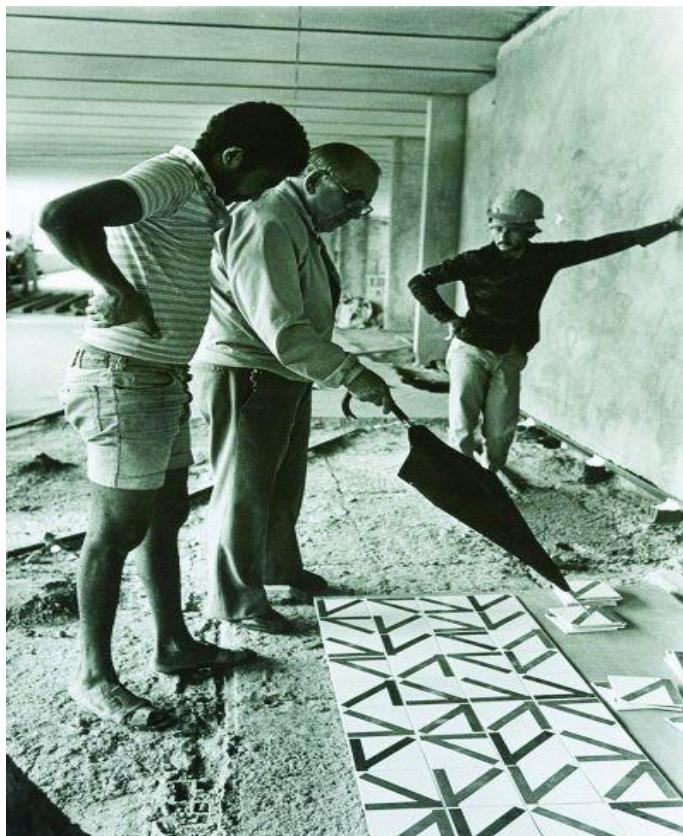
(FIG.31) Praça do Cruzeiro. Foto: Mário Fontenelle. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal – 1955



(FIG. 32) Marco Zero e Esplanada dos Ministérios em 30/09/1958. Foto: Arquivo Público do Distrito Federal - Autor Mário Fontenelle



(FIG.33) O engenheiro Bernardo Sayão (ao centro) no canteiro de obras do Palácio da Alvorada. Foto: Arquivo Público do DF. Fonte: Agência Senado



(FIG.34) Athos Bulcão paginando seus azulejos com funcionários da construção do Hospital Sarah Kubitschek - Brasília - DF - Fonte: Fundação Athos Bulcão



(FIG.35) Athos Bulcão (a esquerda) e Oscar Niemeyer- Fonte: Fundação Athos Bulcão



(FIG.36) Oscar Niemeyer, Joaquim Cardoso e Paulo Werneck - Foto: Arquivo público do DF. Fonte: Agência Senado



(FIG.37) Burle Marx - Barra de Guaratiba, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, c. 1957. Fotografia de Marcel Gautherot - Fonte: acervo Instituto Moreira Sales



(FIG.38) Israel Pinheiro - Fonte: acervo Instituto Moreira Sales



(FIG. 39) Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e JK (sentado) Foto: Arquivo Público do Distrito Federal. Fonte: Agência Senado



(FIG. 40) A criação da artista plástica franco-brasileira Marianne Peretti | Foto: Heitor Cunha



(FIG.41) Da esquerda para a direita: Marianne Peretti, Athos Bulcão, Alfredo Ceschiatti, Oscar Niemeyer, José Sarney e Burle Max (Foto: Marianne Peretti/Arquivo Pessoal)



(FIG. 42) Chegada da população para as solenidades de inauguração de Brasília na Esplanada dos Ministérios. Foto: Arquivo Público-DF - Fonte: Agência Senado



(FIG.43) O mar de carros em volta do Palácio do Planalto revela mais que a liberalidade de um dia de festejos. Carros eram parte importante do modelo econômico e de um estilo de vida moderno. Foto: Arquivo Público-DF - Fonte: Agência Senado



(FIG.44) Juscelino Kubitschek no gesto mais repetido durante a inauguração de Brasília e depois immortalizado na estátua que o celebra no Memorial JK, monumento erguido em sua homenagem. Foto: APDF - Arquivo Público-DF - Fonte: Agência Senado



(FIG.45) Chegada do presidente para a Inauguração com a multidão que se comprimia junto aos cordões de isolamento em aplausos. 1960 - Fonte: Arquivo Memorial JK – Brasília



(FIG.46) Jk recebendo a chave de Brasília ao lado de Israel Pinheiro - 1960 - Fonte: Arquivo Memorial JK - Brasília